



PEC | Projeto Educativo Comum

EDIÇÃO ATUALIZADA



Rede Jesuíta
de Educação

PEC | Projeto Educativo Comum

PEC | Projeto Educativo Comum

PROJETO EDUCATIVO COMUM DA
REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EDIÇÃO ATUALIZADA

2021 - 2025



Rede Jesuíta
de Educação

PE. MIECZYSLAW SMYDA, S.J.
PROVINCIAL DOS JESUÍTAS DO BRASIL

PE. SÉRGIO MARIUCCI, S.J.
SECRETÁRIO PARA EDUCAÇÃO DA BRA

IR. RAIMUNDO BARROS, S.J.
DIRETOR PRESIDENTE DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Grupo de Trabalho responsável pelo processo de atualização do PEC:

Ana Maria Bastos Loureiro — DIRETORA ACADÊMICA / COLÉGIO SANTO INÁCIO / RJ

Fernando Guidini — DIRETOR ACADÊMICO / COLÉGIO MEDIANEIRA

Juliano Tadeu dos Anjos Oliveira — ASSESSOR DE PROJETOS / REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Ir. Marcos Epifanio B. Lima, S.J. — DIRETOR GERAL / COLÉGIO DIOCESANO

Maria Margareth R. dos Santos — DIRETORA ACADÊMICA / COLÉGIO DIOCESANO

Pe. Mário Sündermann, S.J. — DIRETOR GERAL / COLÉGIO LOYOLA

Pedro Risaffi — SECRETÁRIO EXECUTIVO / REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Tiago Agostinho — COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL / COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciana Mello

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Projeto educativo comum da rede jesuíta de educação básica : 2021-2025. -- 1. ed. --
São Paulo : Rede Jesuíta de Educação, 2021.

ISBN: 978-65-5504-107-1

1. Cidadania 2. Educação básica 3. Pedagogia.

21-72701

CDD-370.11

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação básica 370.11

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Impressão: Edições Loyola, 2021

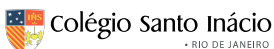
Escritório Central para Educação Básica

Rua Bambina, 115 | Botafogo

22251-050 | Rio de Janeiro-RJ | Brasil



Rede Jesuíta
de Educação



SUMÁRIO

APROVAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO COMUM (2021-2025)	8
APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO ATUALIZADA (2021-2025)	10
MISSÃO, VISÃO E VALORES DA RJE	14
INTRODUÇÃO	17
1. PRESSUPOSTOS	27
2. DIMENSÕES DO PROCESSO EDUCATIVO	33
2.1 - Dimensão curricular	34
2.2 - Dimensão organização, estrutura e recursos	43
2.3 - Dimensão clima institucional escolar	50
2.4 - Dimensão família e comunidade local	56
3 - ENCAMINHAMENTOS E CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO	63
ABREVIATURAS	67
GLOSSÁRIO	68
ANEXOS	79
i. Acordos de Boston – ICJSE, 2012	80
ii. Declaração Final do SIPEI, 2014	84
iii. Acordos Finais do Congresso JESEDU – Rio, 2017	89
iv. Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI, 2019	94
v. Cronologia do Apostolado Educativo da Companhia de Jesus	95
vi. Colégios Jesuítas a Serviço de Nossa Missão Universal: Uma Perspectiva Integral	96
vii. Documentos Pedagógicos da Igreja Católica e da Companhia de Jesus	97
viii. Dados Organizacionais da Edição do PEC de 2016	100
ix. Aprovação do PEC 2016	104
x. Apresentação do PEC 2016	106



APROVAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO COMUM (2021-2025)

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2021

Estimados colaboradores/as da Rede Jesuíta de Educação Básica,

No ano em que celebramos o Jubileu Inaciano fazendo memória aos 500 anos da conversão de Santo Inácio é uma oportunidade ímpar de voltarmos às raízes mesmas da Companhia de Jesus, renovando o compromisso assumido por ele e pelos primeiros companheiros de serem servidores da missão de Cristo.

Hoje, passados quase sete anos da criação da Província dos Jesuítas do Brasil e da constituição da Rede Jesuíta de Educação Básica (RJE), com muita gratidão a Deus que aprovo a edição atualizada do Projeto Educativo Comum (PEC) da RJE. Lancemos um olhar agradecido para tantas experiências vivenciadas e por tantos dons colocados a serviço para que pudéssemos qualificar nossa vida-missão, sendo presença apostólica significativa nas mais diversas áreas e redes. Bem sabemos que cada frente de ação tem seus desafios específicos, mas, do mesmo modo, reconhecemos que todos estão voltados para a busca de soluções para principais questões que, hoje, se apresentam para a humanidade.

Nesse tempo, presenciamos, também, significativas mudanças no contexto mundial no que diz respeito às questões políticas, sociais e culturais e, além disso, fomos perpassados pela experiência de uma pandemia que, se por um lado nos iguala em nossa frágil condição humana, por outro ressalta ainda mais as diferenças socioculturais e nos desafia a buscarmos solução no diálogo e na cooperação entre os povos.



O discernimento apostólico vivenciado por nós, na Companhia de Jesus, nos trouxe às Preferências Apostólicas Universais, confirmadas pelo nosso Papa e assumidas no horizonte de renovação de nossa missão com a Igreja, missão que é do próprio Cristo.

Ao aprovar este documento, norteador para o trabalho de nossos colégios e escolas de Educação Básica, eu o faço na esperança de que a formação que ofertamos está não só alinhada às opções feitas hoje pela Companhia de Jesus, mas ela mesma é instrumento para formarmos homens e mulheres de boa vontade que, cientes dos desafios contemporâneos, se disporão a uma inserção cidadã, com vistas ao bem comum e, nas palavras de Papa Francisco, a construir pontes.

Coragem, não tenham medo, olhemos tantos jesuítas e leigos que com ousadia e confiança trabalharam deixando-nos a marca da educação jesuítica. Sejam criativos e encontrem neste documento o horizonte para o qual todos devem caminhar. O PEC é um meio que nos anima a todos nessa missão educativa e, como tal, deve ser mobilizador de todas as forças para o trabalho em rede.

Que por intercessão de Santo Inácio de Loyola esse esforço coletivo agradável a Deus produza bons frutos para o bem de todos!

Pe. Mieczyslaw Smyda, S.J.
PROVINCIAL DOS JESUÍTAS DO BRASIL



APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO ATUALIZADA (2021-2025)

Aonde a Companhia quer chegar, em termos de apostolado educativo, ao decidir por esses rumos? Perguntava a apresentação da edição do PEC de 2016. “Navegar é preciso, viver não é preciso”, já dizia o poeta português Fernando Pessoa. Há cinco anos, lançamos a bússola do PEC em alto-mar, para nos guiar no caminho de renovação. Dizíamos, então, “o mundo é nossa casa, que vida nova é essa que agora começamos, trilhamos juntos um caminho de renovação...”

A cartografia que desenhamos juntos nesse percurso de cinco anos é que nos leva a esta edição atualizada! Seguimos pautados por um forte movimento coletivo que foi se desenhando e redesenhando muitas vezes, constituindo-se em uma arquitetura inovadora, em forma de comitês, GT's, comissões, planejamentos. Quantas aprendizagens se deram a partir do PEC! Novas e potentes reflexões, ações e experiências, o redesenho de novos horizontes pedagógicos, pastorais, administrativos. Quanta coisa bela nasceu da diversidade, da alteridade, da interculturalidade! Nós nos damos conta, ao olhar o caminho feito, que aprendemos muito, sobretudo aprendemos a aprender, o que nos possibilitou continuar aprendendo. É essa competência, informada por Pe. Arrupe, S.J., há quarenta anos, que percebemos hoje presente na RJE, a partir do caminho mobilizador, e disruptivo tantas vezes, provocado pelo PEC.

Caminhar, escutar, discernir, ousar! Assumir o itinerário de renovação era a proposta inicial. Assumimos? Corremos risco? Buscamos os melhores meios para dar vida ao PEC? Encantamos alunos e educadores? “Sabemos, contudo, que o maior risco reside em não ousar mudar. A



Companhia de Jesus se manteve com relevância no apostolado educativo desde a sua fundação, por sua capacidade de reinvenção contínua, ousadia em inovar e renovar, e também coragem para construir e trilhar caminhos novos e processos novos” (PEC).

Este novo ciclo do PEC desponta em um contexto altamente desafiador para a humanidade, afetada pela pandemia da Covid-19. Mais do que nunca, esse impacto tem mobilizado a reflexão sobre a dimensão ética, social e política da educação, e jogado luz sobre a importância da escola como espaço público fundamental para as sociedades democráticas. Conscientes das mudanças antropológicas e culturais em curso, nesse contexto o PEC se consolidou, convocando e engajando a todos na construção e implementação de novas perspectivas, abordado pela incerteza e pela complexidade do tempo presente, mas com o olhar esperançoso, voltado para o futuro.

“Temos grandes visões e desejos? Estamos nos arriscando? Estamos voando alto?” Perguntou o Papa Francisco à Companhia de Jesus. Para os próximos cinco anos, esta é a proposta: arriscar-se! Voar alto!

Como organização textual, nesta edição atualizada do PEC 2021-2025, procedeu-se com a revisão dos parágrafos que estavam datados e já não condiziam com o momento e contexto atuais. A fim de formar integralmente, e na perspectiva da cidadania global, temas candentes foram considerados, como o bilinguismo e as novas formas de aprender em ambientes virtuais. Para as partes relacionadas a um segundo ciclo de implementação do PEC, foi colocado o novo horizonte de tempo para execução desse trabalho de 2021 a 2025.

Realizou-se também nesta edição atualizada a inclusão dos novos documentos da Companhia de Jesus sobre educação, que foram lançados após a edição de 2016, como os acordos do Congresso JESU-Rio 2017 – Congresso Internacional dos Delegados de Educação da Compa-



nhia de Jesus, *Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI* e Preferências Apostólicas Universais 2019-2029, além de traduzir os demais documentos institucionais que já estavam presentes no primeiro documento.

Considerando o ciclo de planejamento estratégico da Província dos Jesuítas do Brasil (BRA), do qual participou e ao qual se incorporou gradativamente a RJE por meio de suas Unidades Educativas, verificou-se oportuno inserir as declarações institucionais de missão, visão e valores vigentes na BRA. Esse horizonte de um planejamento comum fomenta o sentido de corpo e de colaboração na missão, que é a missão da Companhia de Jesus e, por conseguinte, a missão da Igreja e do próprio Cristo.

Por fim, criamos a seção “Abreviaturas”, para facilitar a localização e a compreensão dos inúmeros movimentos realizados, e atualizamos o “Glossário”, para que o leitor possa situar-se com relação à semântica dos termos identitários iniciais dentro do nosso contexto institucional, esperando que, assim, haja uma leitura mais assertiva do documento e uma efetivação mais segura dele.

É uma grande alegria e uma feliz coincidência a Rede Jesuíta de Educação Básica lançar a edição atualizada do Projeto Educativo Comum no ano em que a Companhia de Jesus celebra os 500 anos da conversão de Inácio de Loyola. Isso reafirma o compromisso com uma educação de qualidade e comprometida na construção de um mundo mais justo, solidário, fraterno e reconciliado.

Agradecidos pelo caminho percorrido, convidamos a todos os homens e mulheres envolvidos na missão educativa a contribuírem com o revigoramento constante do apostolado educativo da Companhia de Jesus no Brasil.



Albanisa Gomes de Moura

DIRETORA GERAL DO COLÉGIO SANTO INÁCIO, FORTALEZA – CE

Alexandre Loures Barbosa

DIRETOR GERAL DA ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA, SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG

Edelves Rosa Luna

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS, JUIZ DE FORA – MG

Ir. Marcos Epifanio Barbosa Lima, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO DE SALES – DIOCESANO, TERESINA – PI

Leila Xavier Amorim

DIRETORA GERAL DA ESCOLA NHÁ CHICA, MONTES CLAROS – MG

Maria Dalva Soares Rocha

DIRETORA GERAL DA ESCOLA PEDRO ARRUIPE, TERESINA – PI

Mariângela Risério D’Almeida

DIRETORA GERAL DO COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA, SALVADOR – BA

Pe. Adilson Aparecido da Silva, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO SANTO INÁCIO E DO CENTRO EDUCACIONAL AGOSTINHO CASTEJÓN (CEPAC), RIO DE JANEIRO – RJ

Pe. Edison de Lima, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO SÃO LUÍS, SÃO PAULO – SP

Pe. João Cláudio Rhoden, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO CATARINENSE, FLORIANÓPOLIS – SC

Pe. Jorge Álvaro Knapp, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO ANCHIETA, PORTO ALEGRE – RS

Pe. Luiz Antônio de Araújo Monnerat, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO ANCHIETA, NOVA FRIBURGO – RJ

Pe. Mário Sündermann, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO LOYOLA, BELO HORIZONTE – MG

Pe. Nereu Fank, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO MEDIANEIRA, CURITIBA – PR

Pe. Ponciano Petri, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER, SÃO PAULO – SP

Rosemere Imperes Lira

DIRETORA GERAL DA ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ, TERESINA – PI

Ir. Raimundo Nonato Oliveira Barros, S.J.

DIRETOR-PRESIDENTE DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



MISSÃO, VISÃO E VALORES DA RJE

A Rede Jesuíta de Educação Básica (RJE) acredita que os processos educativos podem ser transformadores de vidas e realidades. Por meio de uma educação para a cidadania global e para a renovação da fé cristã, as instituições da RJE são espaços de formação de lideranças capazes de irradiação nas diferentes instâncias sociais.

Missão

Promover educação de excelência, inspirada nos valores cristãos e inicianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos.

Visão para 2025

Ser uma rede de centros inovadores de aprendizagem integral que educam para a cidadania global, com uma gestão colaborativa e sustentável.

Princípios e Valores

1 - Amor e serviço

A experiência radical de sermos criados por Deus, no seguimento a Jesus Cristo, impele-nos a uma resposta encarnada por meio da atuação no mundo, em que colocamos nossos dons a serviço dos demais.

2 - Justiça socioambiental

Deus nos chama ao movimento contínuo de reconciliação com Ele, com a humanidade e com a criação, colaborando para a construção de uma sociedade em que a justiça se faça presente nas relações, na mudança das estruturas sociais e no cuidado com a casa comum.



3 - Discernimento

Fundamento que orienta a missão educativa e a elaboração de projetos de vida, ambas comprometidas com um mundo mais justo, reconciliado, fraterno e solidário.

4 - Cuidado com a pessoa

Postura acolhedora expressa por meio do diálogo e da abertura ao outro, respeitando a dignidade de cada um, de modo que todos se responsabilizem mutuamente e aprendam uns com os outros.

5 - Formação integral

Desenvolvimento das potencialidades da pessoa nas dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa, por meio de um currículo integrado e integrador.

6 - Colaboração e sustentabilidade

Visão compartilhada, trabalho em rede e solidariedade no uso dos recursos, garantindo a viabilidade da missão.

7 - Criatividade e inovação

A tradição jesuítica inspira abertura e ousadia para construir projetos e processos que respondam aos desafios da sociedade contemporânea.

Introdução

PEC – Projeto Educativo Comum



Caminhando com a Igreja rumo à renovação do apostolado educativo

1 O *Documento de Aparecida* (DA) e o texto sobre educação *Vão e Ensinem* (VE), publicados em 2007 e 2011, respectivamente, pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), explicitam a necessidade de “revisar e atualizar o Projeto de Educação Institucional da Escola Católica à luz dos desafios da mudança de época” (VE 23,2). Também foram levados em consideração nesta atualização as Cartas Encíclicas *Laudato Si* e *Fratelli Tutti* e o Pacto Educativo Global.

2 Nesses documentos, a Igreja descreve um cenário em que a educação corre o risco de se tornar produto de mercado em vez de direito do cidadão. O contexto socioambiental em que estamos inseridos nos apresenta apelos aos quais não podemos estar indiferentes e insensíveis. Releituras de antigos princípios e busca de novos caminhos são possibilidades que não devem trazer temor, mas, antes, vigor e esperança. Nossa fé nos ensina a estarmos atentos aos sinais dos tempos e a não nos conformarmos com o mundo, mas transformá-lo (Rm 12,2).

3 Assumindo que nosso trabalho é parte da missão da Igreja e um serviço à sociedade (GE 8; DA 338), acreditamos que a eficácia desse serviço ocorre na proporção do fortalecimento da identidade de nossas obras apostólicas (VE 37, 8; DA 328). A formação integral, apresentada como finalidade última do trabalho, é sempre definida pela Igreja como um dos elementos mais fortes da identidade da educação católica (VE, 3-5, 27, 32; DA, 336-337). Ainda no bojo da reflexão eclesial sobre o apostolado educativo,



aparecem como características fundamentais da nossa proposta a compreensão de que a educação vai além de parâmetros e pressões do mercado (DA 328; VE 22), está centrada em Jesus Cristo como modelo de vida (DA 3, 336; VE 27, 32) e comprometida em transformar o mundo segundo os valores do Evangelho (DA 330; VE 29).

A Companhia de Jesus em sintonia com a Igreja Universal

4 A Companhia de Jesus, em sintonia com as orientações da Igreja Universal e Latino-americana, tem trilhado um rico caminho de revitalização da tradição educativa que construiu ao longo dos últimos quatro séculos. O Colóquio Internacional sobre Educação Básica Jesuíta (ICJSE), realizado em Boston (EUA), em 2012, marcou o início de um ciclo de troca de experiências, reflexões e decisões sobre os caminhos de renovação do trabalho realizado na educação básica em nível mundial (ver Anexo i). O Seminário sobre Pedagogia e Espiritualidade Inacianas (SIPEI), encontro de especialistas realizado em Manresa, Espanha, em novembro de 2014, marcou o segundo momento desse ciclo no qual se estabeleceram compromissos de renovação mundialmente importantes (ver Anexo ii). Aos dois primeiros movimentos citados (ICJSE e SIPEI), segue-se o 1º Encontro Mundial de Delegados desse segmento que, recolhendo dados das diferentes realidades, define um mínimo comum que caracteriza o trabalho apostólico dos jesuítas na área de educação básica. Também foram levados em consideração os acordos e documentos do Congresso JESUDU-Rio 2017 (ver Anexo iii), as Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus (2019-2029), o documento *Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI – Um exercício contínuo de discernimento* (Tradição Viva), além dos atuais norteadores do II Colóquio JESUDU – Global 2021. Ao final deste documento, está disponibilizado um quadro indicativo com documentos sobre educação da Igreja Católica e da Companhia de Jesus, do Concílio Vaticano II à atualidade (Anexo vii).



5 Em nível latino-americano, o processo de estímulo à renovação mais recente remonta ao ano de 2005, quando a Conferência dos Provinciais Jesuítas da América Latina (CPALSJ) aprovou um documento, também intitulado Projeto Educativo Comum (PEC CPALSJ), com o propósito de indicar caminhos de resposta às muitas mudanças de contexto que nos desafiavam naquele momento.

A reorganização da Companhia de Jesus no Brasil

6 No Brasil, constituídos como Província única no país em novembro de 2014, os jesuítas publicaram o *Plano Apostólico da Província Jesuíta do Brasil* (PA BRA, 2014), indicando os apelos percebidos ao contemplar a realidade brasileira e as respostas a tais apelos, como corpo apostólico. No documento que registra o movimento de discernimento feito pelos jesuítas de todas as regiões do país, estão indicadas as fronteiras para a nova missão, os elementos que caracterizam o modo de proceder da Companhia de Jesus e as preferências apostólicas que foram assumidas. No número 12 desse documento, aparecem, como preferência apostólica, “as juventudes”. As Unidades Educativas estão consideradas entre as mediações institucionais de trabalho nessa opção.

7 Na especificação do modo de proceder nessa e nas demais opções apostólicas, destacam-se seis elementos: **(1)** a garantia de que todas as mediações serão avaliadas em vista, não apenas da qualidade do que fazem, mas também do grau de alcance de sua finalidade apostólica; **(2)** a necessidade de aprofundar as bases que norteiam o trabalho realizado nessas instituições de maneira rigorosa e qualificada; **(3)** o cuidado para que as instituições que trabalham com jovens sejam espaços de formação de lideranças capazes de irradiação nas diferentes instâncias sociais; **(4)** a garantia de que a colaboração com pessoas e grupos não jesuítas seja parte do que



define e identifica o modo de atuar da Companhia de Jesus, e não apenas uma complementação contingencial; **(5)** a abertura de espaço e possibilidades de aprendizagem *com* e *dos* jovens com quem trabalhamos; e **(6)** a participação em fóruns de debate e de definição de políticas públicas que afetem as juventudes e suas famílias.

A constituição da Rede Jesuíta de Educação Básica (RJE)

8 Para garantir fidelidade às indicações do PA BRA 2014 e dar organicidade aos processos realizados nas diferentes Unidades educativas, a Rede Jesuíta de Educação Básica (RJE), constituída em dezembro de 2014, tem a missão de promover educação de excelência, inspirada nos valores cristãos e inicianos, contribuindo para a formação de cidadãos competentes, conscientes, compassivos, criativos e comprometidos.

9 Ao constituir-se como presença apostólica que atua em rede, articulando as Unidades Educativas entre si e também com as demais presenças apostólicas dos respectivos Núcleos Apostólicos, a Companhia de Jesus pretende que o trabalho realizado nas Unidades Educativas seja cada vez mais aberto e orientado pelo espírito de corpo e pelo discernimento.

10 O trabalho das Unidades Educativas da RJE se organiza a partir das orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (2013), do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), da Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017) e das orientações específicas dos órgãos legisladores de cada região do país, tudo de acordo com o modo específico da Companhia de Jesus de fazer educação, expresso em documentos e alocações dos Padres Gerais. Como destaca o Tradição Viva “cada



um dos nossos colégios deve ser visto, e ver-se a si mesmo, como extensão da nossa missão internacional” (n. 243).

A elaboração do Projeto Educativo Comum (PEC)

11 O Projeto Educativo Comum da RJE pretende delinear ações para melhor colaborar na seara do apostolado educativo em comunhão com a Igreja e a serviço do nosso país. Nossas Unidades estão inseridas nas Igrejas locais e também filiadas à Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), legítima representação da educação católica na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa comunhão, alegramo-nos com a construção do PEC coincidir com a celebração dos 50 anos da Declaração Pontifícia *Gravissimum Educationis* (GE, 1965).

12 Contemplando a diversidade e a riqueza de trabalhos realizados nas diferentes Unidades da RJE e, ao mesmo tempo, considerando a necessidade de definir um horizonte comum para as Unidades Educativas jesuítas do Brasil, na reunião dos Diretores Gerais realizada em Fortaleza, Ceará, em abril de 2013, decidiu-se pela elaboração de um documento que revisse e reposicionasse o trabalho apostólico da Companhia de Jesus na área de educação básica e, simultaneamente, orientasse sobre as necessidades de renovação, ajuste e/ou qualificação do que então existia.

13 Desde então, outros elementos foram incorporados à reflexão sobre a necessidade de elaborar um documento que nortearse o apostolado educativo da Companhia de Jesus no segmento da Educação Básica. O mais relevante deles, seguramente, foi o Seminário sobre Pedagogia e Espiritualidade Inacianas (SIPEI), organizado pelo Secretariado Mundial para Educação Básica, em Manresa, Espanha, em novembro de 2014. A partir da expansão feita pelo Pe. Kolvenbach (1993), comentan-



do o documento *Pedagogia Inaciana, uma Proposta Prática*, em que indica que “nosso objetivo como educadores é a formação de homens e mulheres competentes, conscientes e comprometidos na compaixão” (*Carta do Padre Kolvenbach sobre o Paradigma Pedagógico Inaciano, Roma, 1993*), abre-se uma nova chave de leitura que nos desafia a reorientar nossas práticas e buscar novos caminhos. Uma vez que os desafios do contexto atual são grandes, maiores ainda deverão ser nossa coragem e esperança.

14 Cabe aqui uma breve explicitação do que se compreende pelas quatro expressões que constituem a formulação mencionada no parágrafo anterior. **(i) Competentes:** profissionalmente falando, têm uma formação acadêmica que lhes permite conhecer, com rigor, os avanços da tecnologia e da ciência. **(ii) Conscientes:** além de se conhecerem a si mesmos, graças ao desenvolvimento da capacidade de interiorização e ao cultivo da vida espiritual, têm um consistente conhecimento e experiência da sociedade e de seus desequilíbrios. **(iii) Compassivos:** são capazes de abrir o coração para serem solidários e assumirem o sofrimento dos outros. **(iv) Comprometidos:** sendo compassivos, empenham-se honestamente e desde a fé, e com meios pacíficos, na transformação social e política de seus países e das estruturas sociais para alcançar a justiça (Nicolás, Medellín, 2013).

15 O Sistema de Gestão da Qualidade Escolar (SGQE) da Federação Latino-americana de Colégios da Companhia de Jesus (FLACSI) também contribui para o processo de elaboração do PEC/RJE. Inicialmente implantado em algumas Unidades da RJE em 2014, o Sistema de Qualidade da FLACSI apresenta indicadores em quatro dimensões do processo educativo que são tomadas como referência na estruturação do capítulo terceiro deste documento. O foco central do Sistema baseia-se nas aprendizagens que os estudantes têm em coerência com a proposta para a formação integral, que é própria da tradição educativa da Igreja e, por suposto, da Companhia de Jesus. Daí deriva o conceito de aprendizagem integral, uma e outra vez utilizada na “gramática” própria do SGQE.



16 Durante o ano de 2015, dois Grupos de Trabalho (GT) lideraram o processo de elaboração do documento. No primeiro semestre, realizaram dois seminários com a participação de mais de 200 educadores de todas as Unidades da RJE. Nessas ocasiões, impelidos pelas orientações do SIPEI e do SGQE da FLACSI, os participantes foram provocados à reflexão e a discussões que geraram elementos a partir dos quais os componentes do GT 1 produziram um mapa conceitual que subsidia a redação deste documento.

17 Na sequência, houve um movimento intenso de disseminação das reflexões feitas nos seminários em cada Unidade. Os que participaram presencialmente nos seminários organizaram, com as Equipes Diretivas, momentos de socialização e conversa sobre conteúdos, inquietações e proposições que surgiram nos dois seminários.

18 No início do segundo semestre de 2015, a partir do mapa conceitual e das reflexões, o convite à participação foi ampliado por meio de um exercício de hierarquização de prioridades para o processo de renovação das Unidades Educativas proposto a todos os profissionais (docentes e não docentes) que trabalham nas Unidades da Rede. Com a participação de mais de 2 mil profissionais respondendo a esse exercício, completamos o ciclo de consulta e escuta e iniciamos, com o segundo GT, o trabalho de redação do documento.

19 O período de vigência do primeiro documento foi de 2016-2020. Esta edição atualizada terá o período de vigência de 2021-2025. Nesse período, os diretores gerais assumem como prioridade definir, com as lideranças das Unidades, quando e como implementar as orientações que aqui se apresentam e quais os ajustes necessários em cada Unidade Educativa. O novo período de vigência se inaugura atravessado pelo contexto pandêmico que tem afetado e transformado o modo de ser e de existir de toda a humanidade, pessoas e instituições. Na escola, esse contexto tem impactado todos os seus âmbitos: na gestão, no currículo, no processo



de ensino e aprendizagem (remoto/híbrido) nos ambientes de aprendizagem, nas novas metodologias e tecnologias, fazendo com que todos os atores assumam seus papéis de uma nova maneira, pela aprendizagem integral com vistas à cidadania global.

20 O presente texto está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta os pressupostos que sustentam as opções feitas. O segundo especifica as dimensões, sua identidade conceitual, mediações e aplicações na vida escolar. O terceiro capítulo está dedicado aos encaminhamentos e ao cronograma de implementação do PEC.

21 A utilização de frases afirmativas na redação deste documento apoia-se na convicção de que as ações mudam as instituições e as pessoas. Ao transformarmos proposições em afirmações, temos tão somente a intenção de produzir menos um manual e mais um tratado, balizado por fé, esperança e trabalho. Afinal, a resposta que buscamos transcende a vida que desejamos começar, mas fortalece e impulsiona a que agora começamos.

Pressupostos

1

PEC – Projeto Educativo Comum



Lendo os sinais dos tempos, reconhecendo e assumindo seus desafios como campo de missão

22 O desafio de articular fé, justiça e reconciliação nos leva a considerar, no espaço escolar, os temas referentes a gênero, diversidade sexual e religiosa, novos modelos de família, questões étnico-raciais, elementos referentes às culturas indígena, africana e afro-brasileira e outros similares relacionados a categorias ou grupos sociais que sofrem discriminação, violência e injustiça. São realidades que, iluminadas pela fé e em comunhão com a Igreja, precisam fazer parte, de forma transversal, de um “currículo evangelizador” (VE 30), voltado para uma aprendizagem integral.

23 É também uma questão de articulação entre fé, justiça e reconciliação e de opção pelos pobres a inclusão de questões que envolvem a justiça socioambiental no nosso planeta, em que as populações que menos contribuem para a degradação ambiental são e serão as que mais sofrem as consequências, como comunidades de pescadores, ribeirinhos do Amazonas, regiões tribais e tantas outras populações. Ainda sob a perspectiva da opção pelos pobres, incluem-se, entre as populações mencionadas acima, aquelas que, por motivo de orientação sociorreligiosa ou identidade étnica, ficam excluídas da plena cidadania.

24 O atual contexto educacional mostra-se muito diverso e competitivo. Observa-se uma “emergência educativa” (DA 328) como consequência de um mercado constituído em torno da educação. A alta competitividade, impulsionada pelo mau uso das avaliações padronizadas de âmbito nacional e internacional, traz o risco de reduzir o processo forma-



tivo ao alcance de resultados de avaliações externas. Conforme menção no Tradição Viva, “muitos colégios têm experimentado o impacto das reformas orientadas pelo e para o mercado. As avaliações padronizadas podem reduzir a riqueza e a dignidade do empenho educativo à mera quantificação de pontos nos *rankings*” (n. 103).

25 Os indicadores de qualidade da educação elaborados por agências internacionais ajudam a mapear as fragilidades e fortalezas dos sistemas educativos. Também parece pertinente a relação entre a qualidade da educação e a equidade social. Não há mérito de excelência acadêmica sem que isso seja seguido pela mobilidade social e diminuição da pobreza. Como afirma a Companhia de Jesus no documento Tradição Viva, “a iniquidade na educação tem aumentado, sendo os mais pobres e desfavorecidos os mais prejudicados” (n. 91). Nosso modo de oferecer educação de qualidade, entretanto, não se restringe a atingir os índices de ranqueamento em avaliações padronizadas. Nossa finalidade considera mais as demandas pela sustentabilidade ambiental do planeta do que as metas de desenvolvimento econômico viciadas na exploração dos recursos naturais. A proposta pedagógica das Unidades Educativas jesuítas está centrada na formação da pessoa toda e para toda a vida; trabalhamos para realizar uma *aprendizagem integral* que leve o estudante a participar e intervir autonomamente na sociedade: uma educação capaz de formar homens e mulheres conscientes, competentes, compassivos e comprometidos.

26 As tecnologias digitais vêm alterando a vida nas sociedades contemporâneas. Novas tecnologias da informação e da comunicação têm estreitado as distâncias, possibilitado a cocriação, apropriação e disseminação de conhecimentos. Junto com as demais organizações, a educação está imersa num entorno tecnocomunicativo. Há uma conexão em tempo real entre os seres humanos e os coletivos, independentemente de onde estejam, na qual virtual e real se misturam e afetam, principalmente, os nativos da cultura digital. De acordo com o Padre Geral Arturo Sosa, “isso implicará que exploremos o que os outros fazem e o que podemos aprender



deles, como também o que a ciência pedagógica apresenta para um mundo cada vez mais tecnológico caracterizado pela cultura digital na qual nossos alunos nasceram e cresceram” (Tradição Viva, n. 256).

27 Para além da reestruturação das formas de comunicação e de acesso à informação, essa revolução digital está modificando o processo de aprendizagem e exige um referencial de competências em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nesse sentido, há uma necessidade premente de reformular o ambiente escolar e de repensar muitas das atuais práticas pedagógicas, a fim de rever espaços, recursos e metodologias, para que utilizem as tecnologias digitais para inovação, considerando, conforme o critério que norteia os trabalhos apostólicos da Companhia, a relação entre meios e fins. A meta é que os currículos contemplem ainda mais discussões e o uso fluente dos múltiplos meios tecnológicos na possibilidade de transpor os limites físicos e temporais da sala de aula. Reconhecemos que a pandemia da Covid-19 potencializou o uso das tecnologias, espaços e recursos não apenas como apoio aos processos de ensino e aprendizagem, mas também como uma nova gramática pedagógica a ser aprendida ao mesmo tempo que ensina.

28 A incorporação das mídias sociais nos processos educativos, à luz do discernimento e da *cura personalis*, permite a promoção de uma revolução metodológica nos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo, assim, para que a Unidade Educativa seja um espaço mais eficaz na construção significativa do conhecimento e ambiente de qualificação dos estudantes no uso das mídias sociais. Também à luz das aprendizagens e vivências advindas da pandemia a categoria *cura personalis* transcendeu a presencialidade do acompanhamento e do cuidado e se mostrou possível e necessária nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Dimensões do Processo Educativo

2

Neste capítulo, apresentam-se as especificações conceituais e as mediações para orientar as necessidades de renovação e qualificação nas diferentes dimensões do processo educativo da educação básica nas Unidades Educativas da Companhia de Jesus no Brasil.

Seguindo a lógica do Sistema de Qualidade da FLACSI, que se origina nas pesquisas sobre eficácia escolar, consideramos quatro dimensões

1. Curricular;
2. Organização, estrutura e recursos;
3. Clima institucional escolar; e
4. Relação com a família e com a comunidade.



2.1 DIMENSÃO CURRICULAR

29 Nas instituições educativas da Companhia de Jesus, a aprendizagem se dá na perspectiva do desenvolvimento pleno do sujeito. Seguindo sua tradição de ecletismo, na abertura e no diálogo com as diferentes teorias da educação, a Rede Jesuíta de Educação estabelece, como diretrizes para aperfeiçoar seus processos educativos, que as Unidades Educativas: **(1)** Avaliem a efetividade de suas propostas educativas na perspectiva da cidadania global; **(2)** promovam a atualização ou a transformação de seus currículos, para que eles expressem a identidade inaciana, sejam significativos e flexíveis e contemplem as diferentes dimensões da formação da pessoa; **(3)** revejam a organização e o planejamento dos diferentes componentes curriculares, para que contemplem a transversalidade e a interdisciplinaridade como inerentes à realidade e as utilizem nas propostas de aprendizagem; **(4)** redimensionem espaços e tempos escolares, para gerar mais espaço de mobilidade e criatividade no processo educativo; **(5)** atualizem os recursos didáticos e tecnológicos, para responder de maneira mais eficaz aos desafios dos tempos atuais; e **(6)** enriqueçam a matriz curricular, para que, além da base comum nacional, obrigatória, incorporem os componentes necessários para a garantia do ideal de educação integral da Companhia de Jesus.



Sobre o currículo

30 Nas Unidades da RJE, entende-se que o currículo é o *“ethos”*, no qual realizamos a finalidade que declaramos: excelência na educação de pessoas conscientes, competentes, compassivas e comprometidas. Portanto, o currículo revela-se na realidade do cotidiano da escola, na sala de aula e fora dela, nas relações de poder que se estabelecem entre os diferentes atores, nos valores e no modo como as decisões são tomadas e na maior ou menor coerência que existe entre o que declaramos e o que fazemos.

31 Nas Unidades Educativas da Rede Jesuíta de Educação, os currículos são concebidos, considerando a legislação educacional em vigor e os documentos da educação da Companhia de Jesus. A construção do currículo considera a concepção de mundo, de sociedade e de pessoa que se deseja formar, assim como contempla aspectos da formação integral que tenham fundamentação de natureza epistemológica, indagando sobre os limites e possibilidades do conhecimento e as relações que se estabelecem entre conhecimento, sujeitos e meio; pedagógica, buscando os melhores caminhos e percursos para que a aprendizagem integral aconteça; e psicológica, considerando os diferentes estágios de desenvolvimento do estudante e sua capacidade de pôr-se em atividade, em consonância com os desafios inerentes a cada etapa.

32 Superando a discussão sobre protagonismo escolar, importante em seu tempo, acreditamos que os professores, os estudantes, as famílias, os profissionais não docentes e a comunidade local são todos protagonistas do processo educativo, participando de diferentes formas e lugares da vida escolar. Sem sombra de dúvidas, o principal foco de todo o trabalho desenvolvido é o estudante, sujeito das aprendizagens propostas, mediadas pelo professor e por tantas outras possibilidades de acesso à apropriação e reelaboração do conhecimento. Nas Unidades da



RJE, o papel do professor é mais do que o de mediador das aprendizagens, especialmente em tempos de tamanha diversidade de “mediações”. O professor é o profissional que propõe o caminho, apresenta o mapa e acompanha os estudantes, indicando critérios para que a apropriação do conhecimento seja feita de maneira significativa e com valor.

33 A noção de valor fundamenta a vida escolar e está explícita no currículo da instituição. As normas, os regulamentos, as decisões, as ações e a relação estabelecida entre os membros da comunidade educativa evidenciam os valores que pregamos. Educamos na justiça, no respeito, na solidariedade, na contemplação e na compaixão. A educação jesuíta é instrumento efetivo de formação, fundamentado na fé, na prática da justiça, no cuidado e responsabilidade com a casa comum e no diálogo inter-religioso que prepara nossos estudantes para entender, interagir e abraçar a diversidade religiosa de nosso mundo (Tradição Viva, nn. 171 e 190).

O conhecimento

34 Vislumbramos um processo educativo cujo paradigma supere a visão racionalista vigente e nos impulse na renovação dos currículos e dos modos de ensinar, assumindo de forma mais explícita que, na perspectiva da educação integral, aprende a pessoa toda, e não apenas sua dimensão intelectual.

35 Importante na definição dos currículos é considerar as diversas áreas do conhecimento, as particularidades do perfil dos estudantes, as características das faixas etárias e do que dispõe a instituição como mediação para os processos educativos. A educação básica, constituída de três etapas específicas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), configura-se de forma sequencial, orgânica e



articulada (BRASIL, 1993). Esse itinerário necessita de sentido e de complementaridade, especialmente considerando o sujeito, que é a razão de ser de todo esse ciclo educacional. Os mesmos critérios aplicam-se a cursos oferecidos pelas Unidades da RJE em nível técnico e aos que oferecem programas de Educação de Jovens e Adultos.

Uma didática

36 Pressupondo o estudante como centro do processo de aprendizagem, o currículo oferece oportunidades para que o conhecimento seja constituído de diversas formas, individual e coletivamente, garantindo acompanhamento sistemático do estudante, do processo de ensino e de aprendizagem e dos modos de avaliação daquilo que se espera como resultado. A meta é garantir um caminho no qual ensino e aprendizagem sejam constantemente avaliados, evitando que a não aprendizagem seja entendida como responsabilidade exclusiva dos estudantes.

37 Nas Unidades da RJE, as melhores formas de acompanhar a aprendizagem dos estudantes são definidas em diálogo com os profissionais docentes, considerando as orientações da RJE, a validação da direção acadêmica de cada Unidade, instância competente para validar decisões que afetem ensino e aprendizagem. São critérios de referência para essa definição os objetivos estabelecidos na proposta pedagógica da escola e o conhecimento das diversas teorias à disposição.

38 A consideração da diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem guia os professores na preparação dos planos das aulas e na seleção e organização dos materiais utilizados para propor e avaliar as aprendizagens. Baseado nas opções expressas no currículo, o professor propõe situações diferenciadas de mediação para atender aos sujeitos



de aprendizagem que se encontrem em momentos distintos. Entendemos que a separação entre ensino, aprendizagem e estudo em momentos estanques está superada e que o trabalho docente precisa ser organizado a partir da aprendizagem e das metas definidas para as múltiplas dimensões envolvidas no processo.

Matriz curricular

39 A matriz curricular espelha a organização das diversas áreas do conhecimento, os componentes curriculares e a carga horária dedicada a cada um deles. Como parte do projeto político-pedagógico das Unidades, ela sinaliza o percurso da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes e orienta os professores na busca de novas abordagens e metodologias. De acordo com a LDBEN, a matriz curricular está organizada em duas partes: base comum e parte diversificada. Na base comum, parte obrigatória com especificações claras nos documentos oficiais que norteiam a educação escolar formal, as orientações apontam para a necessidade de integrar, cada vez mais, os conteúdos dos diferentes campos disciplinares de forma interdisciplinar e transversal. Nas Unidades da RJE, assumimos como meta essa tarefa, entendendo que a fragmentação existente hoje nas matrizes das escolas ajuda pouco na aprendizagem significativa. Além da base comum, está a parte diversificada, que revela a identidade da instituição e considera o contexto em que se insere cada Unidade Educativa. A construção da matriz curricular garantirá a integração das duas partes (base comum e parte diversificada), refletindo a realidade da escola em atenção à cultura local e à identidade da proposta pedagógica jesuítica, pois a “Educação Jesuíta deve responder positiva e ativamente à diversidade de seus estudantes, professores, pais, comunidades e à rede global de seus colégios” (Tradição Viva, n. 235).



Ensino e aprendizagem

40 Nas Unidades Educativas da Companhia de Jesus, toda ação educativa converge para a formação da pessoa, enfatizando a necessidade de reconhecer as potencialidades do indivíduo e garantindo o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, socioemocional e espiritual-religioso.

41 Nesse sentido, é importante promover a aprendizagem de modo que capacite o estudante a perceber o valor do aprendizado ao longo da vida e possibilite o desenvolvimento dos talentos individuais e coletivos. Garantir a aprendizagem integral exige da escola, hoje, a compreensão de que o contexto mudou, os estudantes aprendem de formas e em tempos distintos, em espaços que não se limitam ao escolar, exigem respostas individualizadas, diversos modos de fazer e de mediar a construção do saber, oportunizando vivências que atendam a diferentes necessidades.

42 O professor organiza sua ação docente de tal forma que favorece aos estudantes o contato, a apropriação, a formulação e a reformulação em relação ao conhecimento, atuando sempre para tornar efetiva a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício da autonomia.

Avaliação

43 Quando se trata de avaliação, consideramos essencial que se avalie tanto o ensino quanto a aprendizagem, uma vez que a nalidade do primeiro é o alcance da excelência na segunda. A avaliação da aprendizagem é sempre uma avaliação do ensino; trata-se



do lugar pedagógico de acompanhamento da caminhada de estudantes e professores. A avaliação como momento isolado de verificação do que foi retido do conteúdo ensinado faz parte de um paradigma superado que precisa ser revisto onde ainda for vigente. Cabe aos profissionais encarregados de acompanhar o trabalho acadêmico garantir que os processos de avaliação do ensino ocorram de maneira sistemática e em diálogo com a avaliação das aprendizagens.

44 Importante também é considerar as práticas renovadas de avaliação nas quais se leva em conta a contextualização, a relação teoria e prática, a reflexão e a análise crítica, a importância do raciocínio e da apreciação das diferentes dimensões da pessoa nos processos avaliativos.

45 Os sistemas de avaliação nas Unidades Educativas da RJE contemplam tanto o aspecto cognitivo (intelectual) quanto o socio-emocional e o espiritual-religioso. Há que se ter clareza sobre as competências e habilidades a atingir em cada uma dessas dimensões, assim como de meios, instrumentos e possibilidades para avaliar o desenvolvimento dos estudantes em cada etapa da vida escolar.

46 Em relação à organização do sistema avaliativo, mais que a fragmentação do ano letivo em etapas curtas e assoberbadas de conteúdos trabalhados de maneira superficial e desarticulada, o que se pretende é um sistema de avaliação que permita a apropriação com profundidade e de maneira integrada das aprendizagens propostas, preferencialmente organizado em blocos trimestrais, em cada ano letivo.

47 Os dados de registro e de desempenho acadêmico são usados para gerar informação sobre o desempenho de professor e estudante, retroalimentando a ambos no desafio da qualificação dos processos de ensino-aprendizagem-avaliação e na comunicação com estudantes e famílias.



Educação inclusiva

48 A educação inclusiva é uma preocupação mundial que impulsiona uma busca constante para torná-la uma realidade cada vez mais frequente, ancorada na garantia de direitos, a partir de uma vasta legislação específica, que evidencia, entre outros aspectos, a diversidade como um fator essencial para a transformação da escola.

49 A proposta de educação inclusiva consiste em pôr em prática um novo conceito, que tem como base tornar a educação acessível às pessoas e, com isso, atender às exigências de uma sociedade que vem combatendo preconceitos, discriminações, barreiras entre indivíduos, povos e culturas. Uma escola inclusiva oferece não apenas recursos especializados, mas também um espaço que valoriza a diversidade, no qual se experimentam as vantagens de um ensino e de uma aprendizagem cooperativos, em que todos ajudam e são ajudados.

50 A proposta de educação da Companhia de Jesus comunga com a perspectiva da educação inclusiva, visto que sua finalidade é proporcionar educação integral para todos os estudantes. Assim, as Unidades da RJE entendem a educação inclusiva como garantia das condições de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas condições. Em cumprimento à legislação vigente e contemplando um dos compromissos do SIPEI e reforçado pelo documento *Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI*, a prática de educação inclusiva constitui um desafio assumido por todas as Unidades como dever de justiça e desafio à nossa competência técnica.

51 A Rede Jesuíta de Educação Básica estabelece como diretrizes para uma educação inclusiva as ações a seguir elencadas, para que as Unidades Educativas as adotem como propulsoras do aperfeiçoamento de seus projetos pedagógicos, com vistas à oferta de



uma educação cada vez mais de qualidade: **(1)** Definir, nos programas de capacitação continuada, temas relacionados à educação inclusiva e às necessidades educacionais especiais; **(2)** considerar que *aprender a viver juntos* é um dos pilares da educação contemporânea, já que supõe participar e cooperar com os demais; **(3)** garantir acessibilidade física; **(4)** desenvolver campanhas de sensibilização para a promoção de acessibilidade pedagógica e atitudinal; **(5)** implantar atendimento educacional especializado, em espaços e tempos distintos, como meio de suporte ao processo de ensino e de aprendizagem; **(6)** definir, a partir das orientações legais, os procedimentos internos para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Formação na liderança

52 Uma obra educativa da Companhia de Jesus tem como um dos seus objetivos a formação de líderes que tenham, na justiça e no serviço, seus principais compromissos. Nas Unidades da RJE, líderes entendem a própria autoridade como serviço que transforma a si mesmo, as pessoas e, por meio das pessoas, a sociedade; uma liderança que ajuda a comunidade a *crescer em Cristo*, segundo o Pe. Adolfo Nicolás, S.J., na Conferência sobre a Liderança Inaciana, em Valladolid, 2013.

53 Embora a formação de lideranças à luz dos valores cristãos se dê no trabalho educativo como um todo, nas Unidades Educativas da RJE, entendemos que aqueles que lidam cotidianamente com os estudantes são os agentes mais importantes dessa formação. Para isso, é necessário construir projetos de maneira integrada entre os diferentes setores ou áreas das Unidades Educativas que considerem todas as etapas da vida escolar. Tais projetos garantem o protagonismo do estudante e sua representação nas diferentes instâncias da vida e da organização escolar (representações de turma, grêmios estudantis e colegiados).



DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E RECURSOS 2.2

Pressuposto

54 A forma como os processos são geridos faz as Unidades Educativas manifestarem, de maneira explícita, o conteúdo do modo de proceder da instituição. Assim, não nos é indiferente este ou aquele estilo de gestão; pelo contrário, afirmamos um modelo de gestão em que o poder é serviço, e a liderança é espaço de compartilhamento de poder e de responsabilidade, tendo como foco o cumprimento da missão. A participação é mais que uma oportunidade de compartilhamento de poder; é um compromisso de corresponsabilização pelo trabalho e pelos resultados alcançados.

55 A complexidade das relações, o modo como estas se travam no ambiente escolar e os processos desenvolvidos nas diferentes áreas da organização constituem o conteúdo mesmo dos processos de gestão. Trata-se, portanto, de um movimento contínuo no qual a escola é plasmada, aprendendo de si mesma, gerando oportunidades de reordenamento das relações e, conseqüentemente, de reorganização da unidade escolar, com vistas ao cumprimento de sua missão.

56 Esse movimento contínuo, se bem apropriado pela Equipe Diretiva, possibilita que se busquem as melhores práticas para a efetivação do processo educativo, sendo a primeira delas referente à própria definição das equipes de trabalho e do melhor modo de composição e integração entre elas, com a demarcação da função a ser exercida e a percepção de que todas, a partir do lugar que ocupam, colaboram para o fim proposto. O gerenciamento dos processos internos do centro educativo, das equipes administrativa e docente e dos recursos disponíveis está plenamente coerente com os objetivos e as metas estabelecidas pela insti-



tuição, que se enraízam na missão educativa da Companhia de Jesus e têm como fim último a aprendizagem integral dos estudantes. Desse modo, ao se inserirem nesse horizonte, a Equipe Diretiva e as equipes de trabalho da Unidade Educativa colocam-se na condição de corresponsáveis pelo processo educativo e pela missão institucional.

57 Por tudo isso, a gestão institucional possibilita a garantia de profissionalização dos processos, alinhada à identidade inaciana e à busca do *Magis*. Trata-se de superar tudo o que soa como doméstico e personalista, tendo em vista os desafios contemporâneos e as respostas que queremos dar como Unidades Educativas da Companhia de Jesus. Conforme o documento *Tradição Viva*, “os colégios jesuítas devem trabalhar em rede” (n. 241) e “os educadores jesuítas precisam encontrar maneiras novas e inovadoras para garantir unidade, respeitando o princípio da subsidiariedade, que ensina que as decisões são mais bem tomadas quanto mais próximo se está da ação e à luz do contexto específico” (n. 245).

Direcionamento estratégico

58 Os processos decisórios que norteiam o trabalho de direção, em se tratando de instituições jesuítas, fundamentam-se em um aspecto radical e caro à Companhia de Jesus: o discernimento espiritual e a busca daquilo que se apresenta como vontade de Deus para a instituição. No entanto, o trabalho das Equipes Diretivas, assim como os processos decisórios serão mais assertivos se orientados por métodos e instrumentos de direcionamento estratégico. Essa abordagem evita que as instituições operem sem um norte de médio e longo prazo e, em consequência, tenham suas ações de curto prazo comprometidas pela falta de perspectiva de futuro. Dito de outra forma, o direcionamento estratégico, como método de trabalho e instrumento norteador para a gestão, garante maior eficácia no cumprimento da missão.



59 No contexto deste documento, e a partir dos Identificadores Globais dos Colégios Jesuítas, entendemos como estratégico que as pessoas sejam capazes de definir rumos, caminhos e metas para garantir o alcance dos objetivos propostos e posicionem cada Unidade Educativa da RJE no lugar onde ela deseja estar, dentro de um planejamento que leva em conta um determinado escopo de tempo, de fases de implementação e indicadores internos e externos. Em todo o mundo, os colégios da Companhia de Jesus desejam estar no lugar onde possam prestar o melhor serviço à Igreja e à sociedade.

60 O direcionamento estratégico e seu respectivo plano de ação se alinham plenamente à missão e à visão institucionais e, em seu tempo e medida, às diretrizes que emanam deste Projeto Educativo Comum, além de indicar com clareza quem são os responsáveis por sua execução. Importa, também, que a escola utilize métodos e recursos adequados e que o direcionamento estratégico se desdobre em planos de trabalho claros, conhecidos pela maior parte dos profissionais e mensuráveis em curto, médio e longo prazo.

61 Uma vez postas em marcha a dinâmica de direcionamento estratégico e suas derivações, todas as decisões tomadas pela Equipe Diretiva derivam do discernimento feito previamente, das ações definidas como prioritárias durante o ciclo de planejamento e da avaliação anual feita pelas equipes de trabalho, que podem indicar necessidades de reorientação e adequação. Isso assegurará processos de sucessão mais seguros, especialmente nos cargos de Direção Geral, sem maiores impactos causados pela falta de um horizonte claro e de planos de ação bem definidos e apropriados pelos profissionais das diferentes áreas da Unidade Educativa.



Estrutura organizacional

62 Ao longo dos anos, as Unidades Educativas da Companhia de Jesus no Brasil adaptaram suas estruturas sem necessariamente discernir se as mudanças qualificariam a proposta educativa da Companhia, o que, em muitos casos, levou a estruturas demasiadamente pesadas, em certa medida desnecessárias e que não têm gerado evidências de alcance de melhores resultados na aprendizagem integral dos estudantes.

63 A proposta de formação integral não pode se consolidar como um somatório de partes, cada qual sob a responsabilidade de uma equipe ou setor, pois é da integração que conseguiremos avançar em direção aos frutos esperados do nosso processo educativo. Em virtude desse fato, a organização interna e o organograma institucional refletem essa intencionalidade. O modelo matricial de estruturas organizacionais é o que mais se aproxima da integração desejada nas Unidades da RJE, já que favorece o funcionamento harmônico das diversas instâncias da instituição, com vistas ao atendimento satisfatório do que emana da proposta pedagógica.

64 Caberá às Equipes Diretivas das Unidades Educativas, portanto, avaliar sistematicamente o modo de organização interna e o organograma institucional, a fim de adequá-los para garantir uma gestão cada vez mais integrada e o êxito na execução dos projetos pedagógicos. Por sua vez, da revisão e adequação do organograma institucional, derivará o descritivo de funções, acrescido de uma matriz que apresente as competências necessárias para o bom desempenho de cada função. Todas as Unidades contarão com um desenho organizacional claro e com as consequentes definições necessárias ao seu funcionamento.



Uso dos recursos a serviço da missão: gestão financeira

65 Meios para os fins: essa é a máxima que nos norteia, quando se trata de gerenciamento de recursos. Nossa natureza institucional e sua raiz na experiência de Inácio de Loyola demandam constante preocupação com o uso consciente de recursos e com a justiça social, sem nos eximir da qualificação técnica e do profissionalismo necessários à execução da tarefa educativa e dos processos de gestão a ela inerentes. À competência técnica e à qualidade necessária, junta-se a necessidade de uma postura de austeridade diferenciada, que se assenta na experiência mesma de Santo Inácio e nos critérios evangélicos.

66 Nesse sentido, somos chamados ao uso responsável e racional de meios e recursos, tendo como foco nosso fim proposto, assim como, em certos momentos e segundo discernimento criterioso, *a partilha do ser e do ter*, colaborando, desse modo, na execução da missão universal da Companhia de Jesus e na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Além disso, como afirma o Tradição Viva, “nossos colégios devem fazer todo o esforço para serem ambientalmente sustentáveis” (n. 197).

67 O ideal é que os processos de administração financeira da Unidade Educativa estejam plenamente aderentes aos documentos da Companhia de Jesus sobre administração de bens, em especial à Instrução sobre a Administração dos Bens (IAB), bem como às diretrizes e às orientações da Administração Provincial e da Mantenedora à qual a Unidade Educativa pertence. Além disso, é primordial que a gestão financeira se ancore em normas e técnicas de um processo administrativo de qualidade, segundo as melhores práticas disponíveis.



68 Por outro lado, é de crucial importância que nossas instituições educativas caminhem para uma maior corresponsabilização de todos os seus profissionais pelo uso e gerenciamento sustentável dos recursos disponíveis, o que tem início em seu envolvimento na própria construção orçamentária. Para isso, a construção coletiva do orçamento anual, considerando sempre as premissas indicadas pela Administração Provincial, o conteúdo do Plano Estratégico Institucional e os dados da realidade dos contextos nacional e regional, é uma ferramenta fundamental de gestão. Cada vez que assume como responsabilidade exclusiva a elaboração das peças orçamentárias, a área administrativa autoriza os demais gestores a se eximirem dessa responsabilidade na gestão de sua área específica. Além da elaboração dos orçamentos, compartilham-se o acompanhamento e o controle da execução do planejado entre os gestores de diferentes áreas e níveis da estrutura.

69 Toda a administração financeira pressupõe efetivação de controles e registros, segundo critérios técnicos estabelecidos, e a socialização dessas informações com as instâncias superiores, mediante solicitação prévia e/ou necessidades provenientes dos mecanismos legislativos de controle.

Potencializando o desenvolvimento humano a serviço da missão: gestão de pessoas

70 O processo qualificado de gestão de pessoas dentro de uma Unidade Educativa impacta diretamente a qualidade do serviço prestado e o fim pretendido. A gestão de pessoas é, portanto, uma dimensão estratégica e pressupõe a valorização do capital humano, com vistas ao desenvolvimento da pessoa, de modo que ela cresça humana e profissionalmente para o melhor cumprimento da missão. Concomitantemente, garante maior eficácia na entrega de um serviço de qualidade e viabiliza processos sucessórios mais assertivos.



71 A Equipe Diretiva é a primeira responsável pela gestão de pessoas, e o setor de Recursos Humanos atua como seu parceiro, por meio do gerenciamento de políticas e procedimentos que serão adotados pela instituição. O ideal é que a Unidade Educativa conte com clara definição dos procedimentos para recrutamento, seleção, retenção de talentos, avaliação de desempenho, programas de desenvolvimento pessoal e profissional e definição do plano de cargos e salários, nesse caso conforme características locais do mercado educativo em que a Unidade Educativa está inserida e apoiado e em consonância com a mantenedora e suas equipes técnicas.

72 Quanto maior for a clareza dos gestores no que diz respeito à função a ser desempenhada e aos pré-requisitos e competências necessárias para tal, maior será a possibilidade de êxito na contratação e no posterior acompanhamento do desempenho dos profissionais da instituição.

73 Sobre a avaliação de desempenho, é desejável que ocorra anualmente, segundo critérios estabelecidos pelo setor de Recursos Humanos local, alinhando as melhores metodologias disponíveis com qualidades e competências desejáveis para uma liderança inacciana, conforme documentos institucionais. A avaliação poderá subsidiar as Equipes Diretivas com informações que viabilizem a gestão de pessoas, bem como a indicação das eventuais fragilidades existentes nas equipes de trabalho, das quais poderão derivar planos de formação e capacitação.

74 Dadas as especificidades de cada contexto, demarcadas sobretudo pelas Convenções Coletivas do Trabalho, caberá, aos departamentos de Recursos Humanos, sob orientação das Direções Administrativas, a realização de estudos que subsidiem a Equipe Diretiva na tomada de decisões em torno da implementação ou não de Plano de Cargos e Salários e de outros benefícios trabalhistas passíveis de concessão, levando-se sempre em conta as características do mercado educativo em que a Unidade Educativa está inserida e a sustentabilidade financeira institucional.



2.1 DIMENSÃO CLIMA INSTITUCIONAL ESCOLAR

75 O clima institucional de uma Unidade Educativa jesuíta constrói-se a partir do que chamamos “modo de proceder” da Companhia de Jesus e observa-se cotidianamente na convivência e na interação entre os diversos membros da comunidade, assim como na realização das tarefas e no uso do poder. Implica considerar a comunicação e a relação entre todos os atores educativos; a participação nos diversos espaços de ação e decisão; a motivação, o compromisso e a identificação com as finalidades da Unidade Educativa; os mecanismos de resolução de conflitos; os eventuais episódios de desrespeito entre ou para com os estudantes. Conforme o Tradição Viva, nossas Unidades Educativas devem promover e garantir ambientes livres de qualquer forma de abuso (n. 172). Tem especial relevância o cuidado pessoal de cada um dos membros da comunidade (*cura personalis*), sempre orientado à melhor realização dos objetivos definidos para cada segmento da Unidade Educativa. Trata-se de cuidar da pessoa, porque ela é sempre o centro do processo, e, ao mesmo tempo, garantir o alcance dos resultados nos processos que são nosso compromisso institucional com estudantes e famílias.

76 A promoção de uma cultura interna que valoriza o desenvolvimento de um sentido de pertença, embasado na missão e na mística institucionais, nas relações interpessoais, fundadas no respeito e na avaliação daquilo que cada um é e com que contribui para a instituição, é tarefa de todos os gestores da Unidade Educativa. Conforme o documento Tradição Viva, a Unidade Educativa deve “incluir nos novos programas de formação dos docentes e do pessoal de apoio de cada colégio, a compreensão de que eles estão se unindo a uma rede global e que têm um papel a desempenhar na sua animação” (n. 60).



77 A gestão do clima institucional envolve, de acordo com as especificidades das funções e responsabilidades, a interação e a comunicação entre os diversos membros da comunidade educativa e o acompanhamento dos profissionais, no nível que corresponda a cada um, nos processos de ensino e aprendizagem. O que constrói um bom clima institucional é a adesão, o sentimento de pertença e a corresponsabilidade dos profissionais em relação à missão da Unidade Educativa. A qualidade do clima institucional está diretamente associada à qualidade da gestão realizada nos diversos espaços da organização escolar. Cabe à Equipe Diretiva garantir unidade ao “modo de proceder” dos gestores, de tal forma que os critérios utilizados e os procedimentos de gestão adotados sejam coerentes e consistentes nos diferentes setores da Unidade Educativa.

Formação para a missão

78 O processo de formação dos profissionais (docentes e não docentes) naquilo que é específico do modo de ser institucional é de responsabilidade da instituição. Os programas de formação e os que deles decorram como aprofundamento constituem-se em processos formativos baseados na identidade inaciana e jesuíta e explicitam os principais aspectos da identidade institucional, suas raízes fundacionais, aquilo que se espera da missão apostólica da Companhia e, em especial, da missão educativa, com vistas ao crescimento e amadurecimento pessoal e ao fortalecimento daquelas qualidades que impactam positivamente o desempenho profissional. Favorecem, ainda, o desenvolvimento da capacidade de ler a realidade de maneira crítica, à luz da visão cristã e inaciana de mundo, contemplando a valorização e a formação para a sustentabilidade e a justiça social, pois, de acordo com o Tradição Viva, ela não é marginal à missão, está no seu âmago (n. 201).



79 Cabe à Equipe Diretiva a responsabilidade de garantir que tais programas integrem a programação ordinária da Unidade Educativa e se realizem de acordo com as necessidades identificadas, com os recursos disponíveis e com as leis trabalhistas e acordos sindicais vigentes em cada região. Compete, igualmente, aos diretores oferecer aos novos profissionais contratados os documentos institucionais básicos, sejam da própria Unidade Educativa, sejam da Companhia de Jesus, que comuniquem a identidade da instituição e contribuam na formação para a aproximação e assimilação de seu conteúdo, a fim de que inspirem a conduta e o procedimento deles.

80 O convite à experiência dos Exercícios Espirituais (EE) é parte dos programas de desenvolvimento das Unidades Educativas, considerando necessidades e circunstâncias locais. Embora reconhecendo a riqueza da experiência e as possibilidades de que um profissional que nela se encontre construa um nível diferenciado de adesão à missão da Unidade Educativa, o convite aos EE não está associado ao processo de avaliação dos profissionais.

81 A Formação Institucional contempla, ainda, a identificação e o fomento de lideranças. Nos processos sucessórios de gestores dos níveis intermediários, considerem-se, nos potenciais candidatos, a liderança, a compreensão e a assimilação da identidade institucional, a forma de agir e proceder dos profissionais, seu compromisso com a qualidade e com a excelência, bem como o comprometimento com os valores que orientam a missão e a visão da Unidade Educativa.

82 O formato e a operacionalização dos processos de formação institucional são de incumbência de cada Unidade Educativa, podendo ser desenvolvidos em cooperação com outras obras do Núcleo Apostólico ao qual a Unidade Educativa pertence. Quando oportuno, desenvolvem-se ações formativas com vistas à integração, à apropriação e à responsabilização pelo Plano Apostólico da BRA.



Capacitação de profissionais

83 A capacitação profissional consiste na busca por atualização e aprimoramento teórico e prático de conhecimentos, competências e habilidades exigidas para o exercício das funções, associada à compreensão e à assimilação da identidade e da missão da Unidade Educativa. Todo investimento feito pelas Unidades nessa direção visa à qualificação dos profissionais para que eles sejam capazes de atuar da melhor forma, de acordo com orientações e projetos da instituição com vistas ao alcance da aprendizagem integral. Para isso, são consideradas as necessidades internas da instituição e as demandas do seu corpo funcional.

84 Dos profissionais que atuam nas Unidades, espera-se que se esforcem continuamente para aperfeiçoar seu desenvolvimento pessoal e sua formação técnica, a fim de desempenhar com excelência suas atividades, considerando as características do “modo de proceder” em uma Unidade Educativa da Companhia de Jesus.

85 Com vistas ao aperfeiçoamento profissional, os colaboradores (docentes e não docentes) poderão pleitear, com a direção das Unidades Educativas, colaboração financeira e/ou adequação de carga horária e/ou liberação do trabalho, observando regras específicas contidas na Política de Gestão de Pessoas das Unidades Educativas ou orientações análogas.

86 Quanto aos profissionais que ocupam cargos formais de liderança, para dar respostas e um novo significado à função diante das demandas e dos desafios da sociedade contemporânea, consideram-se: **(1)** A competência requerida para trabalhar em equipe e de forma colaborativa; **(2)** a visão sistêmica da organização e seus efeitos nos diferentes processos desenvolvidos em uma Unidade Educativa; **(3)** a ousadia necessária para enfrentar, de forma resiliente, as contradições próprias dos grupos humanos e das instituições.



87 Uma das principais tarefas das lideranças formais, especialmente as que medeiam a direção e a operação nas diferentes áreas, é tornar claros a visão, os fins e os objetivos. Nesse sentido, é importante saber escutar, estar aberto à opinião de outros, à construção conjunta, visando sempre ao alcance dos fins pretendidos e ao uso adequado dos meios.

88 Para além do cumprimento da legislação, as Unidades Educativas incorporam, por sua identidade e missão, Pessoas com Deficiência (PcD), a quem acolhem, formam, capacitam e destinam a executar funções correspondentes às suas possibilidades.

Comunicação

89 A comunicação é dimensão e meio de integração e partilha de informações que viabilizam a missão da Unidade Educativa. É insumo do trabalho de gestão, desde a Direção Geral até a sala de aula. Uma gestão eficaz dos processos comunicacionais garante o conhecimento de tudo o que afeta o exercício das funções de cada profissional, do trabalho demandado dos estudantes e do papel das famílias na educação escolar.

90 As estratégias de comunicação organizacional e *marketing* nas Unidades da RJE também estão a serviço da missão e, como tal, contribuem para comunicar e reforçar os valores que integram a identidade institucional e a proposta curricular. Os objetivos mercadológicos estão submetidos à visão e à missão das Unidades Educativas da RJE.

91 No uso dos meios, adotam-se a identificação, a escolha e a orientação de prestadores de serviços de comunicação, garantindo que os materiais explicitem a proposta educativa das Unidades Educativas da Rede Jesuíta de Educação. É importante considerar, entre-



tanto, o apoio de profissionais da área ou agências especializadas para a realização desse serviço.

92 As peças gráficas de divulgação, os vídeos institucionais, os canais de comunicação, assim como as tecnologias educacionais, constituem-se como ferramentas de informação e de comunicação para a mediação da aprendizagem e interação, e não como fim em si mesmas.

93 A área responsável pela comunicação procura criar, identificar e potencializar o uso de várias ferramentas e canais, gerar fluxos de informação e processos interacionais que promovam processos comunicacionais com múltiplas finalidades, especialmente aquelas que incidam diretamente na gestão dos diferentes processos escolares.

94 É necessária atenção especial ao tratamento das informações que envolvem pessoas e relações, pois elas implicam sigilo e confidencialidade. Na comunicação com estudantes, famílias e comunidade local, são estabelecidos fluxos e canais de interação, de modo que favoreçam a transparência, a cordialidade e o acesso pleno e seguro às informações, de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13709/2018). Paralelamente, requer-se a observância dos marcos legais e éticos vigentes.

95 Com relação à captação, disseminação e armazenamento de imagens, vídeos de estudantes, famílias, colaboradores docentes e não docentes, bem como de instituições parceiras, faz-se necessário o trato ético, com uso de instrumentos jurídicos legais. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem e de sistemas de informação são adotados como ferramentas e ambientes comuns para o trato e a geração de informações que serão usadas para a comunicação.



Motivação e compromisso

96 A clareza e a objetividade esperadas de cada profissional e equipe de trabalho, bem como as expectativas em relação ao desempenho e importância no conjunto da missão, muito ajudam a motivação em assumir, com entusiasmo, a responsabilidade na obra apostólica. Não importa o nível de responsabilidade, serviço ou autoridade, todos precisam estar cientes das próprias atribuições e bem motivados a realizar o trabalho sob o signo do *Magis*.

97 Dos profissionais contratados para trabalhar nas Unidades da RJE, espera-se compromisso em nível institucional, independentemente das pessoas que lideram ou ocupam cargos formais em cada momento histórico.

98 Os Processos de Formação Institucional, Capacitação Profissional e Comunicação são mais efetivos quando permeados pelo fomento do compromisso e da adesão em vista da aprendizagem, do desenvolvimento do trabalho e do comprometimento com a missão e visão das Unidades.

2.4 DIMENSÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE LOCAL

99 A interação Unidade Educativa, família e comunidade local abre espaços para o fomento do diálogo sobre a participação das famílias e da comunidade local no espaço escolar. Ademais, acaba por incidir na criação de vínculos que promovam e construam a justiça social na sociedade e reverberem na inserção e no reconhecimento das Unidades Educativas como parte constitutiva do contexto social em que se encontram.



100 A relação entre Unidade Educativa e família envolve duas dimensões: **(1)** As famílias contratam a prestação de serviços educativos; **(2)** elas são corresponsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento da aprendizagem integral. A constituição da comunidade educativa requer a integração saudável entre essas duas dimensões.

101 A participação e o envolvimento das famílias seguem os fluxos e os canais oficiais de comunicação e acesso às Unidades Educativas, que são informados e divulgados à comunidade educativa. As famílias têm acesso à Unidade Educativa sob a orientação das normas previstas nos Regimentos Escolares. Na interação entre estudantes no interior das Unidades Educativas, é vedada a intervenção direta dos pais, sobretudo quando se trata de divergências relacionais. Quanto ao contato das famílias com os profissionais para o trato de processos educativos, o envolvimento e a interação serão mediados pelas normas expressas nos Regimentos Escolares e pelas normatizações contratuais.

102 Especial atenção e cuidado pastoral são dados à oferta da Espiritualidade Inaciana às famílias e ao acompanhamento espiritual, considerando a variedade de modalidades que integram a tradição da Companhia de Jesus e o perfil dos integrantes da comunidade educativa. Incentivam-se a criação e a promoção de canais oficiais de escuta das famílias, em modo de ouvidorias, visando favorecer a interação e a comunicação entre escolas e famílias. Para maior aproximação das famílias e da missão educativa e suas finalidades, bem como do ambiente e da identidade inaciana das Unidades Educativas, é necessário promover e desenvolver um Programa de Liderança Inaciana para os pais.



Associações de pais

103 As Associações de Pais são entidades sem fins lucrativos que promovem a participação e a integração permanente das famílias no espaço escolar, visando mediar o contato e a relação com a administração das Unidades Educativas e colaborar de modo responsável para que a instituição realize a missão educativa. Entende-se que as Associações de Pais não são canais paralelos de interação e comunicação da família com a Unidade Educativa, e sim uma forma de integração com a Unidade Educativa. Sua existência não é uma exigência institucional, mas uma alternativa possível, entre outras, para o estabelecimento da parceria entre escola e família. A Unidade Educativa tem autonomia para criar, manter ou encerrar suas atividades.

104 Na relação com a Unidade Educativa, as Associações de Pais colaboram na especificidade da promoção da participação, convivência e interação. Sua colaboração não implica poder de decisão sobre ações, processos e opções da Unidade Educativa, que são de responsabilidade da Equipe Diretiva, a partir de orientações e normatizações do Diretor Presidente da Rede Jesuíta de Educação Básica da Província Jesuíta do Brasil. Por isso, faz-se necessário que todas as Associações de Pais tenham estatuto próprio, aprovado pela Unidade Educativa, com as especificações sobre seu escopo de atuação e sua incidência no espaço escolar.

105 Quanto à necessidade da educação para a justiça socioambiental, as Associações de Pais, acompanhadas por colaborador indicado pela Equipe Diretiva, são aliadas da Comunidade Educativa na promoção e na comunicação da sustentabilidade às famílias, visando garantir sua representatividade, orientada pela identidade inaciana e jesuíta das Unidades Educativas.



As Unidades Educativas e o Núcleo Apostólico

106 A missão apostólica da Companhia de Jesus é realizada de forma qualitativa e articulada nos Núcleos Apostólicos. Em cada núcleo, há diversas obras: paróquias, centros de espiritualidade, casas de retiro, centros e casas de juventudes, Fé e Alegria, universidades, faculdades, Unidades Educativas, centros de estudos pedagógicos e centros sociais.

107 A Unidade Educativa integra um Núcleo Apostólico específico, com características próprias. A interação entre as obras apostólicas presentes nos núcleos é uma necessidade no contexto do trabalho em rede. Compartilhar recursos humanos, infraestrutura, recursos e ações, promovendo vínculos afetivos e institucionais, colabora na realização da missão da Companhia de Jesus e, por conseguinte, da obra apostólica.

A Unidade Educativa e os antigos estudantes

108 De acordo com o Tradição Viva, “o verdadeiro êxito de nosso esforço educacional não pode ser medido por quem é o indivíduo no momento da formatura. Em vez disso, o sucesso da Educação Jesuíta é mais bem medido pela maneira como os formandos comprometem suas vidas nas décadas seguintes” (n. 285). Na forma como os antigos estudantes se unem “às demandas por Justiça social” (n. 211). Portanto, ao concluir os estudos em uma Unidade Educativa da Companhia de Jesus, os antigos estudantes ainda são entendidos como membros da comunidade educativa, portanto podem estabelecer vínculos, manter a interação e a convivência com o ambiente das Unidades Educativas.



109 Havendo associações de antigos estudantes, responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de convivência, celebração e solidariedade entre os egressos de cada Unidade, é necessária a presença de um estatuto que regulamente as atividades e a administração. Essas associações são formadas, necessariamente, por antigos Estudantes, e, ainda que incorporem voluntários para a realização das atividades, estes não poderão ser considerados membros, em virtude da ausência da vinculação à Unidade Educativa quando de seus estudos na educação básica.

110 Na medida da disponibilidade dos recursos, financeiros, humanos e de infraestrutura, a Unidade Educativa apoia essas associações, visando facilitar os programas e as atividades que congreguem os egressos e os aglutinem em torno de programas de voluntariado e de outros que a Companhia já tenha no Brasil ou em outras partes do mundo.

Relação com a Igreja local

111 A Unidade Educativa é uma obra apostólica da Companhia de Jesus, Ordem Religiosa que integra a Igreja Católica e sua missão na circunscrição eclesiástica da Arquidiocese ou Diocese em que está localizada. Por isso, desenvolve suas atividades curriculares em comunhão e consonância com a Igreja local, cooperando e sendo solidária com as iniciativas nos âmbitos universal, local e da Igreja Católica.

112 A Unidade Educativa assume a condição de ser, ela também, um espaço favorecedor de experiência eclesial. Essa é uma demanda que chegou às escolas católicas em tempos de fragmentação de referência comunitária, no cotidiano das interações entre pessoas e grupos, no atual contexto da vida urbana e em suas múltiplas e complexas manifestações.



113 Nas Unidades Educativas, há igrejas paroquiais e capelas, por isso o serviço da fé, na Unidade Educativa, indica a oferta de celebrações eucarísticas que visem à formação de comunidade cristã, comprometida com o projeto de Jesus, que é o anúncio do Reino de Deus.

114 Considerando as necessidades pastorais do Povo de Deus e as orientações da Igreja Local em que a Unidade Educativa está localizada, é recomendável a oferta de processos de Iniciação Cristã – Eucarística e Crisma. Na catequese, atua-se para incentivar a participação dos estudantes e suas famílias em um espaço de iniciação à fé cristã e constituição comunitária. Trata-se de um espaço em que se oportuniza uma experiência explícita da confessionalidade cristã de identidade católica e de inspiração na Espiritualidade Inaciana.

Encaminhamentos e cronograma de implementação

3

PEC – Projeto Educativo Comum



3.1 1ª ETAPA – 2016-2020

115 A implementação deste projeto será feita em duas etapas. A primeira será dedicada ao confronto entre a realidade de cada Unidade da RJ e as orientações do documento, devendo derivar, deste exercício, um Plano de Implementação do PEC na Unidade. Esse trabalho deverá ser realizado ao longo do ano de 2016, sob a liderança da Equipe Diretiva e com o apoio dos eventos organizados para apropriação do documento, em nível nacional. Ao final de 2016, todas as Unidades deverão contar com uma rota de trabalho, indicando os ajustes a serem feitos em cada área, o tempo e os recursos necessários para tal e os limites que eventualmente existam para avançar na direção indicada pelo PEC.

116 A segunda etapa será pôr em prática as definições do Plano de Ação de cada Unidade. O tempo para o movimento inicial de renovação será de três anos: janeiro de 2017 a dezembro de 2019. O ano letivo de 2020, último no horizonte definido pelo PEC, será de avaliação e redirecionamento dos processos de renovação em curso.

117 A responsabilidade pelo acompanhamento dos Planos de Ação nas Unidades da RJ será do Delegado para Educação Básica e suas instâncias de apoio nas três áreas: acadêmica, formação cristã e administrativa.



2ª ETAPA – 2021-2025 **3.2**

118 Com a conclusão do primeiro ciclo de implementação do Projeto Educativo Comum, a Rede Jesuíta de Educação deflagrou, em suas Unidades, o processo de avaliação e abertura do segundo ciclo de implementação, compreendendo o período de 2021 a 2025.

119 Para o segundo ciclo de implementação, orienta-se que as Unidades Educativas:

a | Retomem as rotas do 1º ciclo e avaliem sua implementação remetida ao Escritório Central da Rede Jesuíta de Educação Básica, *apropriando-se do que não foi possível implementar*. Analisem e avaliem que projetos continuam respondendo ao contexto atual e sua pertinência no que tange ao alcance de aprendizagens integrais e significativas;

b | A partir do discernimento realizado, verifiquem os passos dados para transformar a Unidade Educativa em um Centro de Aprendizagem, que eduque para a Cidadania Global, preparando nossos estudantes e suas famílias “para se identificarem primeiro e fundamentalmente como membros da família humana, com uma comum responsabilidade por todo o mundo, mais que simplesmente membros de uma nação ou grupo específico” (Tradição Viva, n. 179). Definam um ou mais projetos que contemplem todas as dimensões do PEC, os quais, nos próximos quatro anos, favoreçam a transformação da Unidade Educativa em um Espaço que eduque para a Cidadania Global.

120 Prazo para as etapas **a** e **b** do número 119: janeiro de 2022.



121

Direcionadores para o exercício de discernimento, definição, elaboração e acompanhamento dos projetos:

a | Aprofundem a análise da realidade local sempre à luz do PEC e do PPP da Unidade;

b | confrontem os projetos não implementados com o Planejamento Estratégico da Unidade e/ou com os projetos escolhidos para o ciclo de melhoria do SQGE;

c | analisem os projetos escolhidos à luz das Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus e das Preferências Apostólicas da Província dos Jesuítas do Brasil (BRA), indicando onde estão alinhados e promovem as preferências;

d | considerem os dez identificadores do documento “Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI” – um exercício contínuo de discernimento;

e | uma vez ao ano será realizada a apresentação dos projetos no Fórum de Diretores Gerais (ou Equipes Diretivas), a fim de que todas as Unidades socializem os status e indicadores dos projetos em curso.

122

O Escritório Central da RJE será a instância articuladora que motivará e acompanhará o processo de revisão e atualização das Rotas de Implementação do PEC e Planos Estratégicos das Unidades.

123

O ano letivo de 2025, último no horizonte definido por esta edição atualizada do PEC, será de avaliação e redirecionamento dos processos de renovação em curso.



ABREVIATURAS

ANEC	Associação Nacional de Educação Católica do Brasil
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CPALSJ	Conferência dos Provinciais Jesuítas da América Latina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Tradição Viva	“Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI”
DA	“Documento de Aparecida”
DCNGEB	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (2013)
ED	Equipe Diretiva
EE	<i>Exercícios Espirituais</i>
FLACSI	Federação Latino-Americana de Colégios da Companhia de Jesus
GE	Declaração Pontifícia <i>Gravissimum Educationis</i>
GT	Grupo de Trabalho
IAB	Instrução sobre a Administração de Bens
ICAJE	Comissão Internacional do Apostolado da Educação Jesuíta (sigla em inglês)
ICJSE	Colóquio Internacional sobre Educação Básica Jesuíta
JESEDU	Congresso Internacional para Delegados de Educação Jesuíta, realizado no Rio de Janeiro, em 2017.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)
PA BRA	Plano Apostólico da Província Jesuíta do Brasil
PcD	Pessoas com Deficiência
PEC	Projeto Educativo Comum
PNE	Plano Nacional de Educação (2014-2024)
PPI	Paradigma Pedagógico Inaciano
RJE	Rede Jesuíta de Educação
SIPEI	Seminário sobre Pedagogia e Espiritualidade Inacianas
SINERGIA	Sistema Integrado de Gestão
SQGE	Sistema de Qualidade na Gestão Escolar
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
VE	Vão e Ensinem – Texto sobre Educação



GLOSSÁRIO

1 | **Aprendizagem integral**

É a formação da pessoa toda, em todas as dimensões de seu ser: cognitiva, espiritual, afetivo-emocional, corporal, comunicativa, ética, sociopolítica e estética. Processo permanente e sistêmico pelo qual ela adquire informações, conhecimentos, habilidades e valores, por meio de múltiplas experiências de contato com a realidade, com vistas à ação com os outros para a construção de um mundo melhor para todos. Finalmente, entende-se por “integral” a aprendizagem mais ampla e o melhor aproveitamento que cada um pode alcançar.

Nas Unidades Educativas da Rede Jesuíta de Educação, a aprendizagem integral é potencializada por um conjunto de experiências oferecidas aos estudantes, que exploram e enfatizam as dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa, integrando e articulando todas as demais.

2 | **Acessibilidade pedagógica e atitudinal**

Acessibilidade pedagógica – é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a este, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

3 | **Casa Comum**

Casa Comum é uma referência direta ao planeta Terra como a casa em que habitamos e em que habitam todas as pessoas e que, portanto, deve ser cuidada e preservada por todos. O termo é utilizado em clara alusão à Carta Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, sobre o cuidado da casa comum, publicada em 2015.



4 | **Cidadania Global**

A ideia de Cidadania Global reúne a noção de que a cidadania, para além de uma consciência do cidadão quanto ao lugar, ao papel, aos direitos e responsabilidades que possui na sociedade em que vive, implica o reconhecimento de que sua esfera de consciência e atuação não se limita ao local, mas se amplia para o mundo, pois tudo está conectado, e a forma como agimos e nos importamos com o que acontece em todo o mundo potencializa ou limita a capacidade humana de transformá-lo num lugar melhor. Para a Companhia de Jesus, “Cidadãos Globais são aqueles que constantemente buscam aprofundar sua consciência de seu lugar e responsabilidade, local e global, em um mundo cada vez mais interconectado; aqueles que se solidarizam com os outros na busca de um planeta sustentável e um mundo mais humano, como verdadeiros companheiros na missão de reconciliação e justiça” (Cidadania Global: Uma Perspectiva Inaciana, 2019).

5 | **Corpo Apostólico**

Expressão usada pela Companhia de Jesus para designar o conjunto das pessoas que colaboram para a realização da Missão. O termo “corpo” aponta para a maneira orgânica e sistêmica de realizar a Missão. O adjetivo apostólico traduz a experiência do chamado-envio, à maneira dos apóstolos de Jesus.

6 | **Núcleo Apostólico**

É uma estrutura apostólica por meio da qual a BRA estabelece, fortalece e incrementa a colaboração entre comunidades, obras, instituições e redes apostólicas sob a responsabilidade da Companhia de Jesus em uma determinada região geográfica.

7 | **Cura Personalis**

Trata-se do cuidado personalizado que tem raiz nos *Exercícios Espirituais* e no modo como se dá, nessa experiência, o acompanhamento das pessoas, segundo suas características, seu contexto e suas experiências prévias. Embora originalmente associada à natureza da relação orientador/orientando na realização dos *Exercícios Espirituais* (*Personalis Alumnorum Cura*), indicando o neces-



sário cuidado com a pessoa do estudante, a *Cura Personalis* tem sido assumida nas Unidades educativas da Companhia de Jesus como princípio fundamental do “cuidado com a pessoa”, que deve orientar o modo de proceder de todos na instituição para com todas as pessoas. Cada estudante aprende de um jeito próprio e é acompanhado em seu processo de desenvolvimento. Utiliza-se também essa expressão para os relacionamentos entre todos os membros das comunidades educativas, chamados a cuidarem uns dos outros.

8 | Currículo integrado e integrador

O currículo integrado, como o nome diz, objetiva a integração entre o que é específico das disciplinas (componentes curriculares) com a leitura permanente e crítica da realidade contemporânea, entre o objeto específico de uma área do conhecimento com o objeto de outras áreas, entre o conhecimento que se apresenta na forma de conteúdos com as experiências e projetos de vida das pessoas que vivenciam, aprendem e são sujeitos no contexto escolar e comunitário. O currículo e as aprendizagens integrais buscam a formação da pessoa toda e de todas as pessoas que, por meio das suas habilidades e competências, ajudam a construir um mundo com mais justiça social e ambiental, sempre a serviço da paz, da reconciliação e respeito à diversidade humana em seus contextos e repertórios culturais. Pressupõe o trabalho nas três dimensões: a cognitiva, a socioemocional e a espiritual-religiosa.

9 | Declaração Pontificia *Gravissimum Educationis*

Declaração *Gravissimum Educationis* (GE) – feita em 28.11.1965 pelo Papa Paulo VI, trata da educação cristã e sua importância na vida da pessoa, compreendida como uma educação integral na perspectiva do Evangelho, promotora de humanização e defensora da presença cristã no mundo da educação. Este documento nos traz orientações para a Escola Católica quanto à transmissão de cultura e valores e chama a atenção para a (re)construção de uma sociedade melhor. Portanto, podemos estabelecer interfaces com o objetivo central da Educação Jesuíta, que é a formação integral da pessoa humana, bem como a busca da formação para e com os demais – homens e mulheres para o serviço.



10 | Espiritualidade Inaciana

A Espiritualidade Inaciana e a essência dos *Exercícios Espirituais* constituem uma pedagogia com objetivos claros e definidos, um modo pedagógico personalizado. Contudo, a pedagogia, arte e ciência de ensinar, não se reduz a uma metodologia, pois contempla uma concepção de mundo, de sociedade e de pessoa que se quer formar.

Nessa perspectiva, a Espiritualidade Inaciana ilumina a Pedagogia Inaciana, que se traduz em um enfoque pedagógico próprio, cujos principais elementos provêm dos EE.

É um modo de vivenciar a fé cristã católica, que tem seu fundamento na experiência de Deus feita por Santo Inácio de Loyola e nos *Exercícios Espirituais*. Algumas características da Espiritualidade Inaciana são: ser contemplativo(a) na ação; em tudo, amar e servir; buscar e encontrar a Deus em todas as coisas deste mundo em que vivemos, e ver todas as coisas em Deus; ser pessoa de discernimento que busca e encontra a vontade de Deus; e, finalmente, buscar sempre a maior glória de Deus, o bem das pessoas e o crescimento pessoal, sabendo que o amor é a partilha do ser e do ter.

11 | Exercícios Espirituais

Livro escrito por Santo Inácio de Loyola (EE). Roteiro para um retiro de 30 dias, organizado em quatro etapas, chamadas de semanas. O autor selecionou e organizou o material bíblico e elementos da doutrina católica para que a pessoa que orienta os EE ajude o(a) exercitante a fazer essa experiência. Existem diferentes maneiras de fazer os EE, principalmente no que se refere ao tempo e à duração do retiro.

Inácio conseguiu colocar por escrito seu próprio itinerário espiritual. Assim, refletindo sobre o “vivido”, os EE tornaram-se um caminho para se chegar até Deus. Toda pessoa que se entrega à experiência cresce em autoconhecimento e, tendo feito a experiência de ser amada incondicionalmente por Deus, é convidada a discernir e eleger um projeto de vida de adesão e seguimento da pessoa e da causa de Jesus Cristo, colaborando com a missão dele para a VIDA do mundo, em comunhão com a Igreja, e convertendo-se ao modo de vida cristão!



12 | **Ethos**

De origem grega, essa palavra tinha dupla acepção. A primeira indicava os costumes que normatizam a vida social de uma comunidade; já a segunda apontava para os costumes individuais, para o hábito adquirido em função do *ethos* geral. Como uma segunda natureza, é o que diferencia o ser humano do mundo natural, permitindo que ele coabite em um espaço de sentidos partilhados. No campo educativo a compreensão do currículo como *ethos* contribui para uma visão antropológica aberta de aprendizagem, que trata o estudante como um ser livre, dotado de vontade, e que, no processo de apreensão da herança comum da humanidade, também se firma como sujeito construtor de cultura e história.

13 | **Justiça socioambiental**

O paradigma da Ecologia Integral, introduzido pelo Papa Francisco em sua Carta Encíclica *Laudato Si* (2015), baseando-se no princípio da relacionalidade de tudo em nossa “casa comum”, é uma chave para ajudar a pensar a promoção da justiça com um processo de reconciliação, em todas as dimensões. É o que chamamos de justiça socioambiental, amparada na Ecologia Integral e na Reconciliação. Trata do trabalho pela justiça, no qual as injustiças sociais e ambientais aparecem profundamente interligadas. Não temos como fazer justiça social sem justiça socioambiental, e não temos como fazer justiça ambiental sem justiça social.

14 | **Liderança Inaciana**

O vocábulo “liderança” remete à habilidade de colocar-se a serviço dos outros na condição de quem contribui e articula harmonicamente ações em contextos coletivos. Sendo uma habilidade, esta não é inata, e sim consequência de trabalho formativo amplo e integral. A Liderança Inaciana, por sua vez, pressupõe quatro pilares formativos: **(a)** o Exercício do Autoconhecimento: um líder inaciano reconhece e distingue suas moções, limitações e potencialidades (EE); **(b)** a Inventividade: por meio da indiferença positiva, o líder inaciano não se detém no caminho e busca, na insatisfação, impulso para o *Magis*; **(c)** o Impulso Heroico: em vista do *Magis*, o líder inaciano utiliza-se da meta alcançada como



plataforma para novas conquistas; e **(d)** o Amor: essência de toda ação, pois é no reconhecimento e no amor pela humanidade que se deve agir. Tais pilares contribuem com a formação de pessoas Conscientes das necessidades dos demais; Competentes no serviço aos outros; Compassivas com os outros e Comprometidas com Deus, com a Vida e com a Justiça.

15 | **Magis**

Significa “mais, o maior ou o melhor”, em latim. Na experiência espiritual de Santo Inácio de Loyola, refere-se à atitude de viver e agir tendo em vista a “maior glória de Deus”, que é a plena realização da pessoa. Os *Exercícios Espirituais* têm como pórtico de entrada o texto do *Princípio e Fundamento*, no qual o fundador dos jesuítas define que toda pessoa humana é criada para Deus e só encontra felicidade completa em Deus. Inácio conclui que, por isso, devemos escolher somente o que MAIS nos conduz a alcançar esse fim, deixando de lado os apegos desordenados a tudo o que nos afasta dele.

Na Pedagogia Inaciana, diz respeito ao máximo que a pessoa pode atingir, tendo em vista seu contexto, características, habilidades e experiências.

16 | **Mantenedoras**

Pessoas jurídicas às quais as Unidades Educativas estão vinculadas na condição de filiais.

17 | **Mística Institucional**

Etimologicamente, na raiz do termo “místico” (*mystikós*), encontramos o significado que qualifica aquilo que está em lugar oculto e secreto, sagrado, distinto do mundo visível. A raiz grega (my-) do verbo “myô” expressa a ação de fechar os olhos, para ver o que está oculto e a de fechar os lábios, para calar e ceder lugar ao ouvir e ao silêncio. A mística é uma experiência interior e pessoal da pessoa que descobre uma forma de viver o sentido da vida. O sentido da vida dentro da experiência mística se projeta para as outras pessoas, evitando a criação de um mundo intimista. Por ser interior, ela é muitas vezes inefável e realmente livre. Para uma pessoa de fé, a grande referência é Deus. As instituições têm uma mística na medida em que pessoas livres, abertas ao outro, numa di-



menção social e ao totalmente Outro (Deus) imprimem um caráter comum presente numa instituição. Os valores da instituição influem e formam as pessoas que, por sua vez, mantêm viva e atual a instituição. As Unidades Educativas, com inspiração inaciana, são formadas por pessoas preocupadas com uma excelência humana e acadêmica, para que, numa vivência de valores pessoais, se sintam pessoas para os outros e com os outros.

18 | Modelo matricial de estruturas

Trata-se de um modelo organizacional que, sem desconsiderar a estrutura de liderança e comando característica das instituições da Companhia de Jesus, oferece às Unidades da RJE a oportunidade de ampliar e potencializar a integração horizontal de seus setores, na medida em que possibilita o estabelecimento de uma dupla linha de vinculação e comando, vertical e horizontal, para o pleno alcance das particularidades dos diferentes projetos pedagógicos institucionais.

19 | Núcleos Apostólicos

Unidades territoriais onde se realiza a missão apostólica da Companhia de Jesus no Brasil. Cada qual tem um Superior local e um conjunto de residências jesuítas e obras apostólicas a elas vinculadas.

20 | Plano Apostólico da BRA

Conjunto de princípios, preferências apostólicas, objetivos e metas que os jesuítas e colaboradores leigos da Província dos Jesuítas do Brasil elaboraram. É aprovado pelo Padre Geral da Companhia de Jesus.

21 | Preferências Apostólicas Universais

Novo horizonte do corpo apostólico e ponto de orientação à Companhia de Jesus em sua missão pelos próximos dez anos (2019-2029).

Disponível em: <https://www.jesuitasbrasil.org.br/2019/02/19/companhia-de-jesus-conhece-as-quatro-preferencias-apostolicas-universais/>.

Acesso em: 18.5.2021.



22 | Reconciliação

Na 36ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, aprofundou-se o binômio fé-justiça referindo-se a uma “missão de reconciliação e justiça”. Num mundo marcado pela violência, pela desigualdade e pela degradação do meio ambiente, os jesuítas e todos os colaboradores na missão não podem encarar a luta pela justiça senão através da lente da reconciliação, centro e inspiração da missão.

23 | Sistema de Qualidade na Gestão Escolar (SQGE)

O Sistema de Qualidade na Gestão Escolar (SQGE) é uma ferramenta de autoavaliação e melhoria aplicável às instituições educativas, em implementação desde o ano de 2013, desenvolvida pela Federação Latino-Americana de Colégios da Companhia de Jesus (FLACSI), em parceria com a Universidade Alberto Hurtado, do Chile, e a Universidade Católica, do Uruguai, com foco na identidade educativa da Companhia de Jesus e no alcance e potencialização da Aprendizagem Integral. Assume como fundamentos teóricos para sua sistematização os estudos sobre fatores associados à eficácia escolar, e por isso se estrutura com base em quatro âmbitos centrais: (a) pedagógico-curricular, (b) organização, estrutura e recursos, (c) clima escolar e (d) família e comunidade. O SQGE busca impulsionar nos centros educativos o desenvolvimento de uma cultura de qualidade, por meio da prática permanente de sistematização de processos, reflexão, avaliação e melhoria, que permaneça nas Unidades Educativas para além do período de sua aplicação.

24 | Tecnologias da Informação e Comunicação

TICs – conjunto de conhecimentos, pesquisas, equipamentos, técnicas, recursos e procedimentos relativos à aplicação da informática em todos os setores da vida social. Na atualidade, a facilidade de produzir, emitir e distribuir informação, sem passar pelos mediadores clássicos, cria condições propícias para a reconfiguração de um conjunto de práticas ancoradas nas redes e suas conexões. Em contextos de aprendizagem, as TICs se configuram como mediadoras de projetos pedagógicos, articulando currículo, planejamentos, didática, relações interpessoais, avaliação, cuja finalidade é a formação de



seres humanos integrais, cidadãos conscientes sobre as possibilidades do momento presente.

25 | Secretariado de Educação da Companhia de Jesus

O Secretariado, criado em 1967 pelo Padre-Geral Pedro Arrupe, anima a rede global de Unidades Educativas jesuítas em todo o mundo, inspirada pela tradição viva de excelência humana a serviço da missão jesuíta de reconciliação e justiça em nosso mundo.

26 | Colóquio Internacional de Educação Jesuíta (ICJSE) – Boston, 2012

O ICJSE ocorreu em Boston, Estados Unidos, em 2012, reunindo pela primeira vez na história lideranças das Unidades Educativas jesuítas de todo o mundo. O colóquio reconheceu que “nossa rede internacional de escolas está numa posição única para educar cidadãos globais capazes de participar num processo de globalização da solidariedade, da cooperação e da reconciliação que respeita completamente a vida humana, a dignidade, e toda a criação de Deus”. Para mais detalhes, ver Anexo i.

27 | Seminário Internacional de Espiritualidade e Pedagogia Inaciana – SIPEI, 2014

O SIPEI, realizado em Manresa, Espanha, focou na relação entre Pedagogia e Espiritualidade Inacianas e na necessidade de renovação pedagógica no marco da construção de uma rede global de Unidades Educativas jesuítas para melhor responder às mudanças no contexto de nossos tempos. Para mais detalhes, ver Anexo ii.

28 | Educate Magis

A missão da Plataforma *Educate Magis* é cultivar uma comunidade on-line vibrante que conecta educadores de Unidades Educativas jesuítas e inacianos de todo o mundo. Esta comunidade está comprometida em responder ao chamado da Companhia de Jesus para tornar-se um “corpo universal com uma missão universal”, possibilitando que os educadores de nossa



rede global de Unidades Educativas colaborem em solidariedade como uma comunidade global.

29 | Congresso JESEDU – Rio 2017

O Congresso Internacional de Delegados de Educação da Companhia de Jesus foi realizado no Rio de Janeiro, em 2017. Seu objetivo foi desenvolver uma agenda global comum que conecta Unidades Educativas jesuítas em todo o mundo. O Congresso JESEDU fecha um primeiro ciclo de encontros mundiais (Colóquio – Seminário – Congresso) e adota uma série de acordos em resposta à desafiadora missão de reinventar a Educação Jesuíta. Para mais detalhes, ver Anexo iii.

Anexos

PEC – Projeto Educativo Comum



i. Acordos de Boston – ICJSE, 2012

A educação jesuíta – nosso compromisso de trabalho em uma rede global

De 29 de julho a 2 de agosto de 2012, pela primeira vez na história da Companhia de Jesus, com o apoio do Padre-Geral e sob os auspícios da Comissão Internacional para o Apostolado da Educação Jesuíta, os líderes das nossas escolas secundárias de todo o mundo se reuniram em Boston, Massachusetts (EUA). O objetivo traçado consistia em fortalecer nossa rede global proporcionando um espaço para compartilhar ideias e recursos, para discutir nossas fortalezas e os desafios que enfrentamos no marco da nossa missão e identidade jesuíta, tal e como se expressa nos documentos da Congregação Geral 35 da Companhia de Jesus.

Ao final da reunião, todos nós participantes, convencemo-nos de que os novos “sinais dos tempos” justificam uma mudança em nosso modo de proceder. Esse modo de proceder inclui comunicação e colaboração permanentes por meio de um desenvolvimento contínuo da nossa rede internacional de escolas. O propósito dessa colaboração é prestar um melhor serviço à fé, à justiça e ao cuidado do meio ambiente, construir pontes com os jovens e suas comunidades de fé, desenvolver comunidades jesuítas-inacianas apostólicas mais fortes, e prover nossos estudantes com oportunidades para uma educação verdadeiramente global.

Nossa rede internacional de escolas está numa posição única para educar cidadãos globais capazes de participar num processo de globalização da solidariedade, da cooperação e da reconciliação que respeita completamente a vida humana, a dignidade, e toda a criação de Deus. Nosso compromisso de cons-



truir uma rede como corpo universal e nosso chamado às fronteiras provêm da nossa consciência do mundo e do nosso desejo de ajudar efetivamente nossos estudantes a enfrentar os desafios globais.

Comprometemo-nos a:

1 | Desenvolver nossa própria rede e comunidade global. Nossa experiência de respeitar e participar do nosso próprio ambiente, e ainda assim ser conscientes de nossa identidade e missão universal como escolas jesuítas, é um dos nossos mais valiosos recursos, e não tem comparação no mundo.

2 | Trabalhar com nossas redes locais e regionais já estabelecidas. Ainda que permaneçamos comprometidos com nossas prioridades regionais, queremos, ao mesmo tempo, focar na importância de nutrir as relações globais na nossa rede jesuíta e em outras redes de escolas secundárias.

3 | Usar a tecnologia como forma de criar, desenvolver e fomentar nossas relações globais. Reconhecemos que a distância física que historicamente dificultou nossa comunicação ainda existe, mas isso não deveria impedir uma comunicação e colaboração global. Faremos com que nossos estudantes e educadores tenham oportunidade de experimentar o mundo desde uma posição estratégica graças ao amplo alcance de nossas redes.

4 | Desenvolver acordos de geminação, programas de serviço comunitário, experiências de aulas virtuais e muito mais, para facilitar aos estudantes experiências que realmente os preparem para se tornarem líderes na transformação do mundo.

5 | Proporcionar um ambiente educacional seguro, embasado no respeito e na dignidade. Esse ambiente, propício ao aprendizado, crescimento e desenvolvimento, estará livre de qualquer forma de abuso.



A partir dos nossos compromissos, deixamos esta reunião com as seguintes ações sugeridas:

1 | O ímpeto alcançado durante o Colóquio Internacional sobre Educação Secundária Jesuíta nos obriga a desenvolver novos e criativos esforços de colaboração entre a rede global de escolas secundárias jesuítas. Esses novos esforços serão liderados pelo Secretariado da Educação Secundária e Pré-Secundária e a Comissão Internacional para o Apostolado da Educação Jesuíta (ICJSE).

2 | As escolas secundárias jesuítas representadas no ICJSE reconhecem a importância de escolher um membro de sua equipe de diretiva (ou equipe de gestores) como responsável por facilitar a colaboração global e a divulgação da rede global. Esses representantes trabalharão com as redes e estruturas já existentes para garantir que os esforços iniciados no ICJSE continuem.

3 | Recomendamos que o boletim de notícias do ICJSE e a página da *web* continuem servindo como um fórum para a comunicação, a colaboração e a elaboração de uma rede global. Nosso boletim de notícias garantirá que nossa rede global conte com um espaço específico para uma comunicação continuada, o compartilhamento de iniciativas da rede, a expressão de desejos de colaboração, assim como a iniciação de conversas e compartilhamento de recursos.

4 | Recomendamos que a experiência deste colóquio continue no futuro e, portanto, planeje-se um segundo colóquio, a ser realizado em 2016 ou 2017, em local e data a serem determinados no futuro.

Acordos da FLACSI em Boston 2012

Acordos dos Reitores e Diretores da FLACSI

Na cidade de Boston (MA), Estados Unidos, em 2 e 3 de agosto, com a participação de 72 escolas de nossa Federação, foi realizado o IV Encontro de Reitores / Diretores das escolas membros da FLACSI, no marco do I Colóquio Internacio-



nal de Educação Secundária Jesuíta ICJSE. Num clima de compromisso fraterno, encorajados pelo espírito do Colóquio que confirma nosso trabalho como instrumentos de evangelização, estabelecemos os seguintes acordos:

1 | Sistema de Qualidade em Gestão Escolar. Reconhecemos a importância de termos um sistema que nos exija qualidade e nos conduza a ciclos de melhoria contínua. Dessa maneira, os reitores reunidos, corroboramos que o Sistema da Qualidade na Gestão Escolar é o programa que representa melhor o que construímos com a vontade expressa desde os acordos da Bahia em 2008. Gerar uma ferramenta concreta para estabelecer um sistema que determine o “piso” do modelo educacional “Inaciano” e pavimentar uma metodologia para a melhoria das nossas práticas institucionais eficientes e de qualidade demonstrada, que beneficiará nossos estudantes e nossa sociedade.

2 | “Campanha Inacianos pelo Haiti”. Apoiaremos fortemente essa campanha, promovendo em nossas escolas a realização de várias ações. Não apenas as que favorecem a arrecadação de recursos, mas também e com a mesma força as que favorecem nossas comunidades educacionais para a experiência de um corpo apostólico que trabalha em rede para o cumprimento dos objetivos regionais do Projeto Apostólico Comum (PAC). A experiência da campanha oferece um caminho efetivo para modelar um sistema de suporte contínuo a locais onde é mais necessário, além de uma oferta a ser acolhida pelos governos provinciais. É, além disso, uma excelente forma de revelar e potencializar o sentido e a formação social dos nossos estudantes.

3 | Continuidade FLACSI. Será exigida ao novo Presidente da Federação e aos que sejam candidatos ao cargo, como tarefa de discernimento, a garantia da continuidade do desenvolvimento institucional, fortalecendo a tarefa atual e delineando os novos desafios propostos à nossa rede à luz do Colóquio Internacional.

4 | Ratificamos os compromissos do ICJSE. A vontade de toda a Rede, expressa por meio dos representantes das escolas que a compõem, ratifica



por unanimidade os acordos expressos no encerramento do 1º Colóquio Internacional sobre Educação Secundária Jesuíta (ICJSE) e compromete-se a criar condições para avançar no enfrentamento dos desafios que propõe.

ii. Declaração Final do SIPEI, 2014

“Que vida nova é essa que agora começamos?”

De 2 a 8 de novembro de 2014, 80 participantes das seis regiões jesuítas do mundo se reuniram em Manresa, convidados pelo Secretário de Educação da Companhia de Jesus. Mais de 4 mil participantes se juntaram a eles pelas mídias sociais e via streaming, representando todos os cantos da nossa ampla rede de escolas jesuítas.

Reuniram-se para abordar os seguintes objetivos:

I | Facilitar o diálogo entre os que se dedicam ao apostolado educacional e os que se dedicam à Espiritualidade Inaciana dentro da tradição da Companhia de Jesus.

II | Fomentar o diálogo entre algumas das tendências educacionais contemporâneas mais significativas, a Pedagogia e a Espiritualidade Inacianas.

III | Contribuir para a renovação pedagógica da educação jesuíta no marco da construção de uma rede global de centros jesuítas secundários e pré-secundários.

Em todo o mundo, a educação se encontra em uma encruzilhada como resultado das extraordinárias mudanças na sociedade que nascem da globaliza-



ção, do abismo cada vez mais amplo entre os ricos e os pobres, das inovações tecnológicas, das mudanças nas famílias e das novas buscas por paz e igualdade.

Durante os cinco dias de profunda conversa em torno do que significa formar uma pessoa consciente, competente, compassiva e comprometida como marco geral para nossa educação, sentimos o poder dos nossos desafios e a necessidade de seguir o caminho da renovação, que nos aproxima do nosso sonho de ser pessoas para os demais e com os demais. Somos conscientes da imensidão da nossa tarefa e das muitas tensões que isso implica para nossas escolas e para nós como educadores. Sentimo-nos humildes diante de uma obra que parece maior do que nossas capacidades e repleta de obstáculos intransponíveis devido a suas complexidades e nossas limitações. No entanto, inspirados pela nossa experiência espiritual, aprofundada durante estes dias num lugar que nos fala sobre a própria luta de Inácio em confiar em Deus como sua última força e inspiração, ouvimos novamente as palavras do Evangelho: “NÃO TEMAM”.

Ao confiar em Deus, renovamos nosso compromisso de oferecer uma experiência educacional que possa transformar nossos estudantes, a nós mesmos e nossa comunidade escolar como lugares onde possamos ver e experimentar o sonho do Evangelho.

Portanto, estamos convencidos de que é necessária uma mudança profunda em nossas escolas. Um genuíno discernimento desde o centro da nossa espiritualidade nos guiará nela. Também experimentamos as imensas possibilidades que se abrem a todos nós de pensar, trabalhar e sonhar juntos como uma rede global. Queremos levar muito a sério o chamado da CG 35, D.2 N.20: “Servir a missão de Cristo hoje implica prestar atenção especial ao seu contexto global. Este contexto exige que atuemos como uma instituição universal com missão universal, constando, ao mesmo tempo, a diversidade radical das nossas situações. Procuramos servir aos demais em todo o mundo, como uma comunidade de dimensões globais e, simultaneamente, como uma rede de comunidades de dimensões e, simultaneamente, como uma rede de comunidades locais”.

Em 1993, o Padre-Geral Peter-Hans Kolvenbach resumiu nosso objetivo como educadores como a formação de “homens e mulheres competentes,



conscientes, comprometidos e compassivos". Acreditamos que precisaremos entender essa formação dentro do marco da criatividade, flexibilidade e do trabalho em rede, os quais definem nosso tempo. Estamos convencidos de que o crescimento humano e espiritual está inseparavelmente associado. O seguinte resumo é fruto do SIPEI:

I | A pessoa consciente – A formação de uma consciência para poder distinguir e discernir entre o bem e o mal, o justo e o injusto é necessária para o bem-estar do indivíduo e da sociedade. Essa formação da consciência é influenciada pela totalidade do ambiente da pessoa. A educação jesuíta tenta formar pessoas livres e conscientes que utilizam sua consciência pessoal para mudar o mundo.

II | A pessoa competente – a pessoa competente é capaz de criar, entender e utilizar o conhecimento e as habilidades para viver no seu próprio contexto e transformá-lo. É capaz de fazer parte de um mundo diverso e em mudança, criando um projeto de vida para e com os demais. É capaz de desenvolver as habilidades intelectuais, acadêmicas, emocionais e sociais necessárias para a realização humana e profissional. Estamos comprometidos em renovar nossas práticas pedagógicas, curriculares e ambientes escolares de acordo com os novos desenvolvimentos pedagógicos que permitem que nossas escolas estejam mais perto de nossa visão inaciana e nossa tradição eclética de combinar as melhores práticas para servir nossa missão.

III | A pessoa compassiva – a compaixão não implica, simplesmente, sentir pena de um indivíduo ou de um grupo de pessoas. Qualquer um pode sentir pena e não fazer nada. A compaixão é um pré-requisito para a ação positiva; reconhece a dignidade humana, o valor de uma pessoa que nasce simples e é profundamente amada por Deus. A compaixão que leva à solidariedade deveria nos mover para abordar as estruturas de qualquer instituição de modo que nós e nossos alunos possamos nos tornar agentes transformadores, para continuarmos sonhando o sonho de Deus.



IV | A pessoa comprometida – a pessoa comprometida é alguém de ação valorosa. Por meio da nossa abertura para a ação do Espírito e da Companhia de Jesus, ela poderá discernir as necessidades mais urgentes dos nossos tempos, para que nossas formas de servir sejam tão ricas e tão profundas como nossas formas de amar. Constatamos que um compromisso ecológico de reconciliação e de cura da Terra, juntamente com o compromisso com a justiça social, são necessidades urgentes na medida em que afetam a todas as pessoas do planeta.

Os membros do SIPEI estão plenamente conscientes de que os maiores desafios da transformação educacional em nosso século exigem uma abordagem sistêmica; também requerem que atuemos em todos os âmbitos do nosso ambiente escolar: na nossa metodologia, na organização de nossos centros e salas de aula e no currículo acadêmico.

As deliberações dos membros do SIPEI concluíram que nossos centros deveriam se comprometer a:

I | Uma profunda transformação e uma mudança profunda para responder aos desafios do século XXI no espírito de “procurar sempre o *magis*” (CG34).

II | Conectar os objetivos da formação do Indivíduo Inaciano (a pessoa consciente, competente, compassiva e comprometida) com o horizonte das características, da autonomia pessoal e do trabalho em rede.

III | Continuar examinando, expandindo e tentando compreender de novas e vibrantes maneiras a relação entre a Espiritualidade Inaciana e a nova pedagogia que consideramos necessária para nossos centros.

IV | Não permitir que o medo detenha ou coloque obstáculos a uma mudança significativa e necessária.

V | Promover e incentivar experiências e atividades de crescimento em espiritualidade para estudantes, educadores e famílias, como parte dos fundamentos de nossas escolas.



VI | Reforçar nosso compromisso com a justiça, por meio de gestos e ações específicas para entrar em solidariedade com os desafortunados das nossas comunidades locais, regionais e globais.

VII | Tomar medidas decididas para colaborar com a Rede Global das Escolas Jesuítas, de acordo com os compromissos do ICJSE de Boston.

Com esses compromissos em mente, recomendamos as seguintes ações, as quais nos ajudarão a impulsionar a renovação pedagógica como rede global:

I | Comprometemo-nos, como escolas em rede global e local, a incentivar um processo de diagnóstico e reflexão que impulsionará mudanças profundas e globais nos processos de ensino e aprendizagem.

II | Incorporar em nossos programas pedagógicos e nos fundamentos de nossas escolas um programa de ação social voltado à solidariedade com os demais.

III | Apoiar, aceitar e aderir à comunidade *Educate Magis* como plataforma global para conectar, colaborar e transformar nossa rede global de escolas.

IV | Continuar as iniciativas do SIPEI por meio da criação contínua de novos eventos globais seguindo o modelo do ICJSE (Colóquio Internacional sobre Educação Secundária Jesuíta), assumindo os compromissos dos dois eventos.

“O amor se mostra mais em obras do que em palavras.”



Acordos Finais do Congresso JESEDU-Rio, 2017 iii.

Atuar como um corpo universal com uma missão universal (35ª C.G., Decreto 2, n. 20)

De 15 a 20 de outubro de 2017, os Delegados de Educação das seis regiões jesuítas do mundo, junto com outros dos apostolados educativos jesuítas, reuniram-se no Rio de Janeiro, convocados pelo Secretário de Educação da Companhia de Jesus.

Agradecidos pelo cuidado do nosso Pai Celeste, a inspiração do Espírito, a Companhia de Jesus e a direção de Santo Inácio, os Delegados continuaram as conversações iniciadas no congresso virtual celebrado seis meses antes (em continuidade com o SIPEI, em Manresa, em 2014, e com o Colóquio Internacional sobre Educação Secundária dos Jesuítas, em Boston, em 2012). Estamos também agradecidos pelo discurso do Padre-Geral Arturo Sosa, S.J. ao congresso. Apresentamos estes Acordos Finais como resposta ao seu convite desafiador para a reinvenção da Educação Jesuíta. **Discurso do Padre Geral:** Disponível em: <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3873>. Acesso em: 18.5.2021.

Depois de um profundo discernimento, a ICAJE, respondendo à solicitação de alguns Delegados, propõe uma priorização das ações para ajudá-los, assim como aos colégios, no processo da sua implementação. A ICAJE crê na importância das treze ações propostas e encoraja os Delegados e as redes regionais a desenhar planos para incluí-las num prazo de tempo razoável. Contudo, as oito ações em negrito devem ser consideradas prioridades que requerem uma pronta resposta. No entanto, se considerarmos que são muitas as ações a serem iniciadas, deveremos estimular os Delegados a discernir com seus colégios e redes regionais por onde começar e como incorporar as demais ações progressivamente. A ICAJE convida cada Delegado e cada rede regional a elaborar um plano apostólico de cinco anos (2018-2022) com as ações propostas, “incluindo implementação, acompanhamento e avaliação” (36ª C.G., Decreto 2, n. 5) como urgência à Congregação Geral.



A | A experiência de Deus

A experiência espiritual de Santo Inácio de Loyola, centrada em Cristo, é a pedra angular da Educação Jesuíta e nosso desafio continua sendo convidar nossos estudantes e as comunidades educativas a descobrirem sua riqueza inesgotável no encontro pessoal e comunitário com o Evangelho. Reconhecemos a diversidade dos contextos religiosos e seculares nos quais atuam nossos colégios; no entanto, a Educação Jesuíta não pode se realizar a menos que seja possível oferecer uma sólida formação religiosa e espiritual em nossos colégios. No nosso contexto histórico, essa formação exige que apresentemos aos alunos nossa herança espiritual, a diversidade religiosa de nossos contextos e do mundo, para promovermos o respeito e o apreço por outras religiões e expressões seculares.

1 | Os Delegados comprometem-se a promover o exame de consciência em cada um dos colégios para ajudar os estudantes a escutarem sua voz interior e aprenderem o caminho da interioridade.

2 | Os Delegados comprometem-se a trabalhar com os colégios para assegurar que se implemente um módulo (ou alguma unidade similar no Plano de Estudos) de Educação Inter-religiosa. Esse módulo deve permitir que os estudantes aprendam sobre as religiões do mundo e respeitem as diversas formas nas quais as religiões expressam e celebram o divino.

3 | Os Delegados comprometem-se a encontrar maneiras de como a Espiritualidade Inaciana (ref. *Exercícios Espirituais*) pode ser ativamente adaptada ao contexto escolar, para que os estudantes aprendam o hábito do silêncio e a prática do discernimento.

B | Tradição e inovação

Estamos chamados a um discernimento genuíno em continuidade com nossa herança espiritual, para respondermos criativamente aos desafios do nosso mundo e das novas gerações que frequentam nossos colégios. Somos cons-



cientes de que nossa tradição nos chama a participar de uma conversação contínua sobre os melhores meios para servirmos à nossa missão hoje, que deve se refletir na renovação e na inovação em nossos colégios e modelos pedagógicos. Tudo isso precisa levar nossos colégios a usar a *imaginação inaciana* para propor e implementar melhores práticas educativas que realmente possam encarnar a excelência humana de nossa educação e transformar nossos estudantes, nossas sociedades e a nós mesmos.

4 | Os Delegados comprometem-se a participar de um processo de discernimento inaciano que conduza a um plano de inovação para cada escola e a uma revisão periódica que corresponda ao contexto local e à nossa tradição.

5 | Os Delegados comprometem-se a revisar com os colégios as estruturas e funções organizativas tradicionais, com especial atenção aos estereótipos e às desigualdades de gênero.

6 | Os Delegados comprometem-se a trabalhar com os colégios para melhorar a forma como os pais e as famílias são convidados a participar da nossa educação e formação.

7 | Os Delegados comprometem-se a urgir que os colégios reflitam sobre a natureza holística da excelência humana (os 4 Cs), para que o êxito acadêmico possa ser entendido no contexto adequado. Os Delegados também se comprometem a urgir que os colégios reflitam sobre as noções tradicionais de êxito e fracasso na vida de nossos estudantes.

C | Cuidar da nossa casa comum: reconciliação com Deus, com a humanidade e com a criação.

A razão de ser de nossos colégios é o serviço da missão. Hoje essa missão implica um serviço de fé, justiça e cuidado do meio ambiente. Devemos nos assegurar de que nossos colégios continuem focados em nossa missão e possam educar a atual geração e as próximas na nossa tradição holística. Reconhecemos



que nossos colégios experimentam uma tensão ou encontram uma lacuna entre servir a missão e continuar sendo relevantes para os estudantes, os pais de família e a sociedade em geral.

Essa tensão sempre tem estado presente em nossa história e desafiado nossa criatividade. O contexto atual requer um sério discernimento para garantir que nossa missão de reconciliação e justiça se reflita em nossos colégios. Dado o advento da Inteligência Artificial, a quarta revolução industrial, e suas implicações para a experiência humana e as mudanças que trará para as condições de trabalho, cabe aos nossos colégios enraizarem-se na educação humanista pela qual sempre foram reconhecidos.

8 | Os Delegados comprometem-se a promover uma política ambiental e social para cada um de nossos colégios, e propor as formas como as redes regionais podem integrar claramente a justiça, a fé e o cuidado do meio ambiente dentro dos Planos de Estudo dos colégios (ex., o texto do programa *Sanando la Tierra*: disponível em: <https://healingearth.ijep.net/es>; acesso em: 18.5.2021–) destacando o pensamento crítico, a consciência política e o compromisso social, tudo para que se reflita nas práticas da classe e da escola.

9 | Os Delegados comprometem-se a garantir que os colégios tenham um programa que permita que os estudantes de setores marginalizados e empobrecidos da sociedade participem de uma educação de qualidade e vão além de suas experiências para construir pontes com outras pessoas e comunidades.

D | Enviados a uma Rede Global

A 36ª Congregação Geral nos recorda que “a colaboração leva naturalmente à cooperação em rede. As novas tecnologias da comunicação criam formas de organização que facilitam a cooperação. Tornam possível que se mobilizem os recursos humanos e materiais em sustento da missão e ultrapassem as fronteiras nacionais e os limites de Províncias e Regiões” (Decreto 2, n. 8). Para responder a esse chamado, nossos colégios e as redes locais e regionais devem comprometer-se a estar numa irmandade global para que nossas comunidades



escolares possam ver a si mesmas como parte de um *corpo universal com uma missão universal* (35ª C.G., Decreto 2, n. 20).

De fato, trata-se de uma nova mentalidade e modo de proceder que requer nossa criatividade e compromisso para encontrar formas de trabalhar juntos e conseguir um novo nível de gestão para nossos colégios. Esse processo fortalecerá nossos colégios em nível local e global e os tornará mais relevantes para as sociedades a que servimos.

10 | Os Delegados comprometem-se, em suas visitas e avaliações dos colégios, a avaliar e animar o nível de desenvolvimento da cooperação com as redes regionais e globais existentes.

11 | Os Delegados comprometem-se a incluir, nos novos programas de formação dos docentes e do pessoal de apoio de cada colégio, a compreensão de que eles estão se unindo a uma rede global e têm um papel a desempenhar na sua animação.

12 | Os Delegados comprometem-se, também, a trabalhar com a equipe gestora dos colégios para que todos, equipe docente e pessoal de apoio, recebam formação em cidadania global, de modo que possam ajudar os estudantes a compreenderem seu futuro como cidadãos do mundo.

13 | Os Delegados comprometem-se a fazer da *Educate Magis* uma ferramenta integral e um recurso nos colégios para ajudar na animação da sua dimensão global.

E | Solicitação dos Delegados

Os Delegados solicitam ao Secretário de Educação e à ICAJE que os ajudem a definir o papel do Delegado de Educação com relação às expectativas para promover a Rede Global.

Os Delegados comprometem-se a cumprir esses compromissos e estão abertos a um processo de revisão contínua.



iv. Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI, 2019

Identificadores Globais dos Colégios Jesuítas

1 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos em ser católicos e em oferecer uma profunda formação na fé em diálogo com outras religiões e visões de mundo (PEC 33).

2 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos em ser católicos e em oferecer uma profunda formação na fé em diálogo com outras religiões e visões de mundo (PEC 33).

3 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos com a Cidadania Global (PEC ROTA).

4 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos com o cuidado de toda a Criação (PEC 66).

5 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos com a justiça (PEC 78).

6 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos em ser acessíveis a todos (PEC 50).

7 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos com a Interculturalidade. (PEC 39).

8 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos em ser uma Rede Global a serviço da Missão (PEC 10).

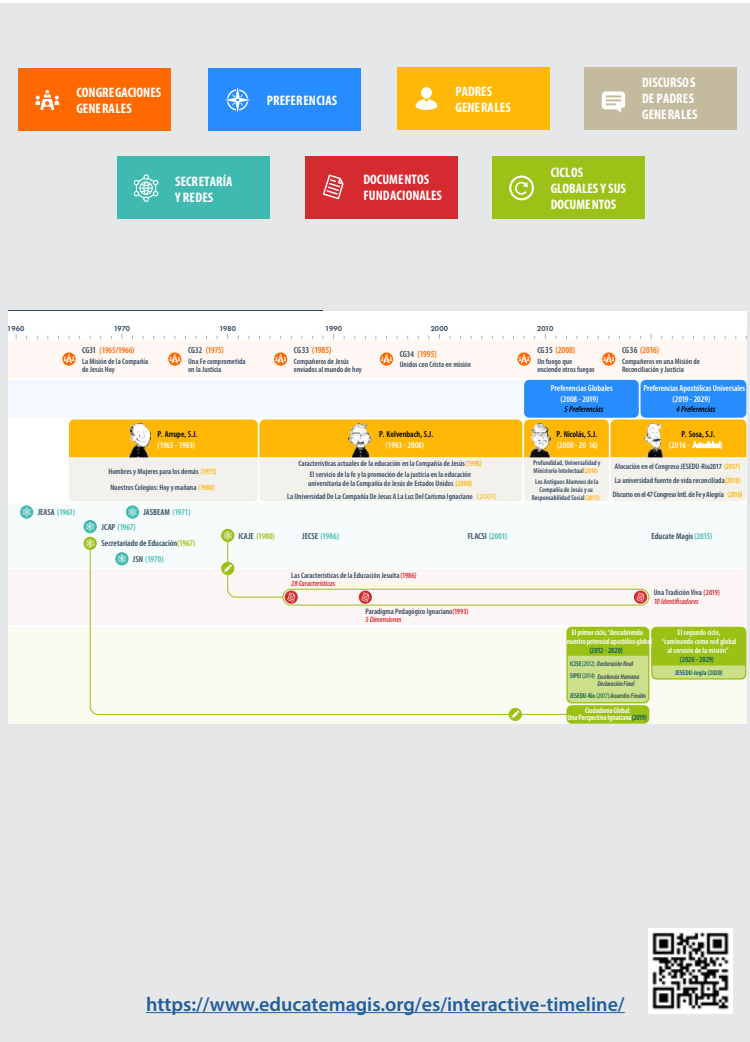
9 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos com a Excelência Humana. (PEC 26).

10 | Os Colégios Jesuítas estão comprometidos com a aprendizagem para toda a vida (PEC 108).



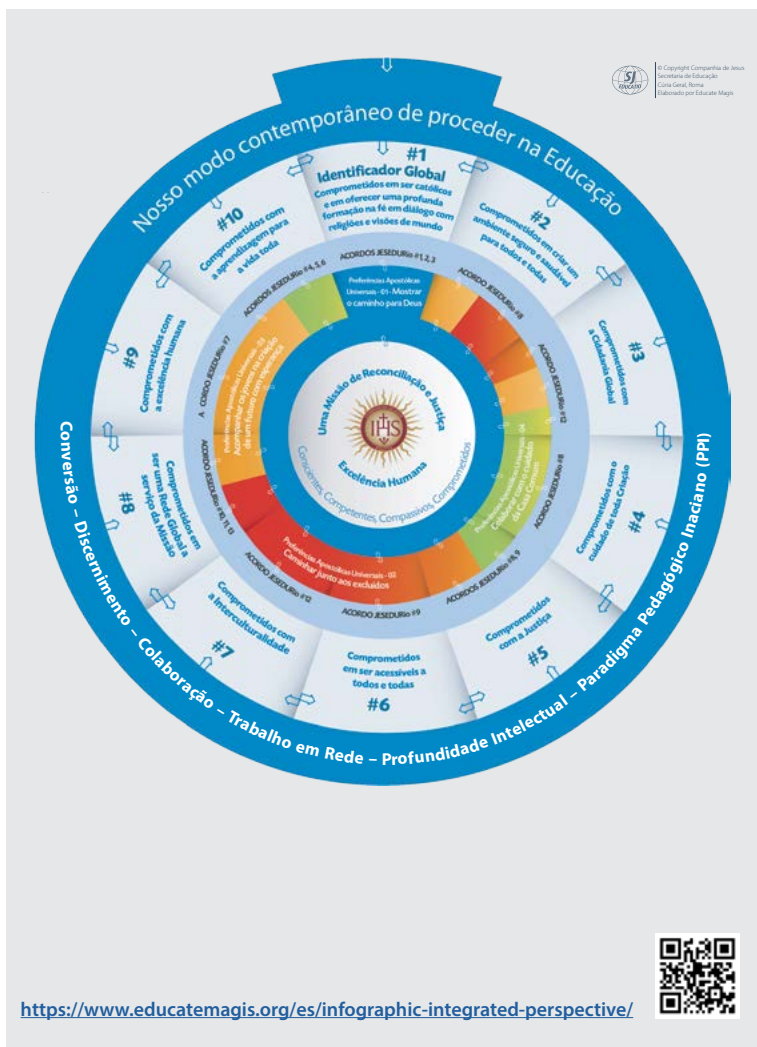
Cronologia do Apostolado Educativo da Companhia de Jesus

v.





vi. Colégios Jesuítas a Serviço de Nossa Missão Universal: Uma Perspectiva Integral





Documentos Pedagógicos da Igreja Católica e da Companhia de Jesus vii.

Quadro elaborado para a Edição Atualizada do
Projeto Educativo Comum da RJE do Concílio Vaticano II à atualidade

DOCUMENTOS DA IGREJA

ANO	NOME DO DOCUMENTO	DADOS PARA ACESSO
1965	<i>Gravissimum Educationis</i> : declaração do Concílio Vaticano II sobre a educação da juventude	CLIQUE AQUI 
1965	<i>Ad Gentes</i> : decreto do Concílio Vaticano II sobre a atividade missionária da Igreja	 CLIQUE AQUI
2014	Congregação para a Educação Católica. Educar Hoje e Amanhã: Uma Paixão Que Se Renova. <i>Instrumentum Laboris</i>	CLIQUE AQUI 
2020	Papa Francisco. Pacto Educativo Global	 CLIQUE AQUI

DOCUMENTOS DO CELAM (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO)

ANO	NOME DO DOCUMENTO	DADOS PARA ACESSO
1968	II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões da Conferência de Medellín	CLIQUE AQUI 
1977	III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. A evangelização no presente e no futuro da América Latina. Puebla	 CLIQUE AQUI
2007	V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida	CLIQUE AQUI 

DOCUMENTOS DA CNBB (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL)

ANO	NOME DO DOCUMENTO	DADOS PARA ACESSO
2011	Vão e Ensinem. Identidade e missão da escola católica na mudança de época, à luz de Aparecida	 CLIQUE AQUI



DOCUMENTOS DA COMPANHIA DE JESUS¹

ANO	NOME DO DOCUMENTO	DADOS PARA ACESSO
1965-1966	Congregação Geral 31, Decreto 28 (apostolado da educação)	 CLIQUE AQUI
1973	Pedro Arrupe. Homens e mulheres para os demais	CLIQUE AQUI 
1980	Pedro Arrupe. Nossos Colégios Hoje e Amanhã	 CLIQUE AQUI
1986	Características da Educação da Companhia de Jesus	CLIQUE AQUI 
1993	Pedagogia Inaciana: uma proposta prática	 CLIQUE AQUI
1995	Constituições da Companhia de Jesus. Normas Complementares, parte VII, números 5 (sobre o apostolado educativo) e 6 (sobre o apostolado intelectual)	CLIQUE AQUI 
1995	Congregação Geral 34, Decreto 18 (A Companhia e a vida universitária, educação secundária, primária e popular)	 CLIQUE AQUI
1998	Peter-Hans Kolvenbach. Características atuais da educação da Companhia de Jesus	CLIQUE AQUI 
2012	GIAN. Direito à educação para todas as pessoas	 CLIQUE AQUI
2012	Boston. Declaração final do Colóquio Internacional de Educação Secundária	CLIQUE AQUI 
2014	SIPEI. Declaração final do Colóquio Internacional de Pedagogia e Espiritualidade Inacianas	 CLIQUE AQUI
2015	Documento sobre Excelência Humana	CLIQUE AQUI 
2017	JESEDU. Acordos finais do Congresso Internacional de Delegados de Educação da Companhia de Jesus	 CLIQUE AQUI
2017	Arturo Sosa. A educação da Companhia de Jesus – uma pedagogia a serviço da formação de um ser humano reconciliado com seus semelhantes, com a criação e com Deus	CLIQUE AQUI 

1. Para aprofundamento, ver MESA, José Alberto, S.J. *La Pedagogía Ignaciana*. Textos clásicos y contemporáneos sobre la educación de la Compañía de Jesús desde san Ignacio de Loyola hasta nuestros días. Mensajero, Bilbao, 2019.



2018	Arturo Sosa. Alocução do Pe. Geral Arturo Sosa no 47º Congresso Internacional de Fé e Alegria	 CLIQUE AQUI
2019	Cidadãos Globais: uma perspectiva inaciana	CLIQUE AQUI 
2019	Colégios Jesuítas: uma tradição viva no século XXI	 CLIQUE AQUI
2021	JESEDU. Discernindo para um futuro de esperança	CLIQUE AQUI 

CPAL (CONFERÊNCIA DE PROVINCIAIS DA COMPANHIA DE JESUS DA AMÉRICA LATINA)

ANO	NOME DO DOCUMENTO	DADOS PARA ACESSO
2005	Projeto Educativo Comum da Companhia de Jesus na América Latina	 CLIQUE AQUI
2011-2020	Corresponsáveis na Missão Projeto Educativo Comum	CLIQUE AQUI 
2019	A Companhia de Jesus e o Direito Universal a Uma Educação de Qualidade	 CLIQUE AQUI



BRA (PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS DO BRASIL)

ANO	NOME DO DOCUMENTO	DADOS PARA ACESSO
1990	I Congresso Inaciano de Educação, Itaici. Ano Inaciano	São Paulo: Edições Loyola, 1991.
1997	Subsídios para Pedagogia Inaciana	São Paulo: Edições Loyola, 1997
1997	II Congresso Inaciano de Educação, Itaici. A Pedagogia Inaciana rumo ao século XXI	São Paulo: Edições Loyola, 1998
2002	III Congresso Inaciano de Educação, Itaici. Educação e mudança: por uma pedagogia da esperança	São Paulo: Edições Loyola, 2002
2005	IV Congresso Inaciano de Educação, Florianópolis. Pedagogia Inaciana e os novos sujeitos da história	Florianópolis: Edições Catarinense, 2006
2010	V Congresso Inaciano de Educação, Salvador. Educação Inaciana, ética e diálogo com as culturas	São Paulo: Edições Loyola, 2011
2016	Projeto Educativo Comum	CLIQUE AQUI! 
2019	VI Congresso Inaciano de Educação e I Congresso RJE. Colégio São Luis (SP) (2019). Cidadania Global	 CLIQUE AQUI!



Dados Organizacionais da Edição do PEC de 2016 **viii.**

PE. JOÃO RENATO EIDT, S.J.
PROVINCIAL DOS JESUÍTAS DO BRASIL

PE. MÁRIO SÜNDERMANN, S.J.
DELEGADO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Conselho Superior em 2016:

Afonso Luiz Silva
DIRETOR GERAL – COLÉGIO CATARINENSE

Ana Maria Bastos Loureiro
DIRETORA ACADÊMICA – COLÉGIO SANTO INÁCIO – RJ

Fernando Guidini
DIRETOR ACADÊMICO – COLÉGIO MEDIANEIRA

Pe. Mário Sündermann, S.J.
DELEGADO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ir. Raimundo Nonato Oliveira Barros, S.J.
DIRETOR CORPORATIVO – UNIDADES DE TERESINA

Mariângela Risério D’Almeida
DIRETORA GERAL – COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA

Pe. Vicente Palotti Zorzo, S.J.
SUPERIOR DA PLATAFORMA APOSTÓLICA SUL 1



Coordenadores de Qualidade e Processos da RJE:

Gilberto Vizini Vieira

COORDENADOR DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Juliano Tadeu dos Anjos Oliveira

COORDENADOR DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CRISTÃ

Sônia Maria Vasconcellos de Magalhães

COORDENADORA DOS PROCESSOS ACADÊMICOS

Grupo de Trabalho responsável pelo processo de construção e redação do PEC:

Alexandra Gazzinelli H. Antonio

ASSESSORA PEDAGÓGICA – COLÉGIO LOYOLA

Alexandre Loures Barbosa

DIRETOR GERAL – ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA

Alexandre Valente Henriques

GESTOR DE PROJETOS DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO

Ana Maria Bastos Loureiro

DIRETORA ACADÊMICA – COLÉGIO SANTO INÁCIO –RJ

João Carlos Ramiro Oliveira

COORDENADOR DE FORMAÇÃO CRISTÃ – COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA

Juliano Tadeu dos Anjos Oliveira

DIRETOR GERAL – COLÉGIO LOYOLA

Louisa Carla Farina Schröter

COORDENADORA ACADÊMICA – COLÉGIO CATARINENSE

Maria Margareth R. dos Santos

DIRETORA ACADÊMICA – COLÉGIO DIOCESANO

Paulo Henrique Cavalcante

ASSESSOR REFERÊNCIA DE ENSINO RELIGIOSO – COLÉGIO LOYOLA



Pe. Carlos Alberto Jahn, S.J.

DIRETOR GERAL – COLÉGIO MEDIANEIRA

Pe. Sérgio Eduardo Mariucci, S.J.

DIRETOR GERAL – COLÉGIO DOS JESUÍTAS

Pedro Risaffi

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO

Sérgio Silveira Santana

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS – COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA

Sônia Maria Vasconcellos de Magalhães

DIRETORA GERAL – COLÉGIO SÃO LUÍS

Projeto Gráfico e Diagramação: Liliane Grein

Impressão: Edições Loyola



ix. Aprovação do PEC 2016

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016

BRA 2016/17

Pe. Mário Sündermann, S.J.

DELEGADO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, RIO DE JANEIRO – RJ

Estimado Companheiro e Amigo no Senhor!

Com muita alegria e esperança no futuro, aprovo e apresento o Projeto Educativo Comum (PEC) elaborado pelas Unidades Educativas que compõem a Rede Jesuíta de Educação (RJE). Ele tem por principal objetivo rever, reposicionar e revitalizar o trabalho apostólico da Companhia de Jesus na área de Educação Básica no Brasil e, ao mesmo tempo, inspirar, orientar e direcionar os necessários ajustes e/ou qualificação do que já fazemos hoje. É, portanto, uma oportunidade única de juntos edificarmos uma educação de excelência, capaz de contribuir eficazmente na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Os trabalhos foram iniciados em 2013, quando todas as Unidades Educativas da Rede passaram à jurisdição do Provincial do Brasil. No ano seguinte, foram construídas as condições para um trabalho participativo e colaborativo em Rede. Em seguida, já em 2015, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), composto por profissionais de diferentes Unidades da Rede. Esse grupo promoveu a realização de seminários virtuais e presenciais, articulou a disseminação das problematizações nas respectivas Unidades, gerou espaços de diálogo e proporcionou estudos que trouxeram muitas contribuições ao processo de elaboração do PEC. Um segundo GT foi constituído com a responsabilidade da redação do documento. Todas as questões e contribuições que surgiram ao longo do processo foram sendo trabalhadas e integradas em um documento inicial, e o grupo formalizou um material comum que, após passar por diferentes leitores críticos, constituiu-se como uma referência de diálogo diante daquilo que a Rede compreendia como Aprendizagem Integral em nossas Escolas e Colégios.

A metodologia desenvolvida para a elaboração do PEC objetivou envolver o maior número de colaboradores da Rede, a fim de consolidar e intensificar,



nos próximos anos, a identidade da RJE, além de implementar e atualizar sempre mais a Pedagogia Inaciana. Para tanto, registro ser necessário que todos, Jesuítas e profissionais, assumam com grande ânimo e generosidade este Projeto Educativo Comum. O mesmo se diga dos estudantes e seus familiares que compõem conosco as comunidades educativas. É importante que todos conheçam o projeto e ajudem a realizar o que nele é sonhado. Todos juntos transformaremos Escolas e Colégios da Rede em verdadeiros centros de aprendizagem, comprometidos com uma educação de qualidade, formando e educando pessoas conscientes, competentes, compassivas e comprometidas.

O PEC ora apresentado é resultado, portanto, de um percurso pedagógico que teve por base a discussão, a reflexão, a consulta e o discernimento coletivo. A escrita contempla e detalha, após a introdução e os pressupostos, as quatro dimensões do processo educativo, em consonância com o sistema de Qualidade da FLACSI: currículo; organização, estrutura e recursos; clima institucional; família e comunidade local. Tudo, enfim, está orientado para a formação integral da pessoa humana. A sua leitura nos estimula a melhor compreender os princípios pedagógicos ali expressos, com o desafio e o propósito de torná-los realidade a partir das Unidades Educativas da Rede.

Por fim, reforço que o PEC foi elaborado tendo em vista a renovação educativa sonhada pela Companhia de Jesus, mais especificamente a Província Jesuíta do Brasil, colocando-se em sintonia com os responsáveis pela Igreja na América Latina e pensando a formação integral do ser humano como pessoa, criatura amada por Deus. Agradeço a todos os que participaram da elaboração deste projeto e, especialmente, ao Pe. Mário Sündermann, S.J. por coordenar este trabalho. Desejo que o mesmo gere esperança de que outra educação é possível e traga frutos para a missão educativa que assumimos.

Santo Inácio, fundador da Companhia de Jesus, e São José de Anchieta, padroeiro da Província dos Jesuítas do Brasil, intercedam junto ao Pai por todos.

Feliz Páscoa a todos!

Pe. João Renato Eidt, S.J.
PROVINCIAL DOS JESUÍTAS DO BRASIL



x. Apresentação do PEC 2016

Um caminho de renovação, capaz de responder com responsabilidade, inovação e fidelidade aos desafios educativos hodiernos, faz-se necessário diante do cenário complexo em que vivemos. Por isso, em sintonia com os movimentos da Igreja Católica e da Companhia de Jesus no Brasil e no mundo, a Rede Jesuíta de Educação (RJE) decidiu empreender novos rumos na Educação Básica.

O rumo de mudança que ora iniciamos orienta-se pelo Projeto Educativo Comum (PEC), fruto de consulta ampla e de construção coletiva entre os Colégios e Escolas Jesuítas do Brasil. Para tal fim, recolhemos anseios, sonhos, desejos e disposição por ressignificar a nossa proposta educativa, que resultou num documento construído a partir do envolvimento e compromisso de muitos profissionais da educação.

Aonde a Companhia de Jesus quer chegar, em termos de apostolado educativo, ao decidir por esses rumos? Respondemos apontando para muitos desafios constatados por estudantes, educadores, famílias, Igreja e sociedade nos últimos anos.

É próprio da Companhia de Jesus responder aos desafios de cada tempo de forma crítica, consciente e efetiva, empreendendo caminhos com coragem para inovar e renovar. Contamos com amplas condições para enveredar por um caminho de mudanças, pois somos um corpo de profissionais qualificados, temos uma sólida tradição educativa, dispomos de vasta experiência educativa e construímos uma proposta coletivamente, atentos às propostas pedagógicas atuais e às possibilidades advindas do contexto atual.

O PEC não quer ser mais do mesmo. Faz-se necessário superar os modelos lineares pautados somente no ensino. Nesta perspectiva se busca organizar



os espaços e tempos escolares com novas e criativas perspectivas de aprendizagem. É meta, para os próximos anos, colocarmos o estudante no centro do processo educativo, buscando um currículo que faça sentido e dê sabor a suas vidas. Buscamos, em 2020, ser uma rede de “Centros de Aprendizagem Integral”, onde a excelência acadêmica seja fruto da construção coletiva do conhecimento, com um currículo integrado e integrador que resulte em vidas transformadas para o bem de uma nova sociedade.

Dessa forma, o documento buscará nosso reposicionamento no contexto educativo nacional nos próximos quatro anos. A educação que ofereçamos será inclusiva, pautada em valores éticos e cristãos, uma vez que acreditamos ser possível educar crianças, adolescentes e jovens para que sejam conscientes, competentes, compassivos e comprometidos na construção de um mundo mais justo, fraterno, solidário, inclusivo e cristão. Outrossim, reposicionamo-nos como obras apostólicas da Companhia de Jesus, voltadas para uma educação com incidência política e social, uma educação para a cidadania.

Com o PEC, a Companhia de Jesus no Brasil busca maior unidade entre os centros educativos jesuítas, superando tudo o que gera uniformidade, estagnação e personalismos. Sabemos que juntos somos mais, podemos mais e vamos mais longe. A formação integral proposta pela RJE, presente do Nordeste ao Sul do País, torna-se mais rica, na medida em que se dispõe a colocar em comum diferentes conhecimentos e práticas de aprendizagem.

Ao aprofundar a análise sobre o microcontexto de nossas escolas e colégios, reconhecemos que o atual modelo de ensino não mais responde ao que nos propomos como Rede. Percebemos professores cansados e desanimados, embora empenhados na busca de estratégias de interação e construção que sejam mais atraentes à aprendizagem; verificamos estudantes desmotivados e chateados, muitas vezes dormindo em sala de aula: crianças, adolescentes e jovens que amam seus colégios, mas se encontram desencantados com o lugar sagrado da aprendizagem, ainda muito restrito às quatro paredes da sala de aula.



Fica o belo e grande desafio de qualificar as mediações, fazendo com que a arte de aprender seja prazerosa e plena de sentido.

Além disso, estamos vivendo um enriquecedor período de qualificação dos processos educativos, pois as Unidades da RJE estão passando ou passarão pela rica experiência do Sistema de Qualidade na Gestão Escolar (SQGE), promovida pela Federação Latino-Americana de Colégios Jesuítas (FLACSI). Desde as mantenedoras, caminhamos para um Sistema Integrado de Gestão (SINERGIA) que visa qualificar e profissionalizar os processos administrativos das mantenedoras como dos colégios, das escolas e das demais presenças apostólicas da Província. Ele fomenta processos e práticas de uma gestão transparente e integrada. Desde a RJE, temos a Plataforma Moodle RJE como espaço privilegiado de integração entre as Unidades e de qualificação das mediações pedagógicas nas propostas curriculares locais.

Os desafios e oportunidades que decorrem do PEC demandarão disposição e liberdade interior de todos, para que assumam o itinerário da renovação. Cada unidade educativa da Rede se compromete na busca pelos melhores meios para dar vida ao PEC, encantando estudantes e educadores, na certeza de que isso beneficiará as famílias e constituirá um instrumento apostólico capaz de transformar a sociedade. Evidentemente, os desafios que emanam do PEC serão assumidos numa perspectiva de Rede. Ao mesmo tempo, exigirão um compromisso local, através da formação continuada, transformação de estruturas, inovação e criatividade pedagógica, revisão das bases curriculares, planejamento estratégico, plano de cargos e salários ou de carreira, entre outras adequações constantes.

O reto uso dos recursos também é uma premissa apostólica. O campo da gestão, tanto de recursos materiais como de equipes e pessoas, é um espaço privilegiado onde a missão educativa que propomos se revela e realiza. Portanto, a incidência política e social não se restringe à educação de excelência oferecida aos estudantes, mas se estende a uma gestão eficaz e comprometida com o uso responsável dos recursos disponíveis. Neste sentido é imprescindível



nos perguntar se a entrega formativa faz jus aos meios e recursos que temos à disposição em nossos colégios e escolas.

Sabemos, contudo, que toda mudança implica correr riscos, mas entendemos que o risco maior reside em não ousar mudar. A Companhia de Jesus se manteve com relevância no apostolado educativo desde sua fundação, por sua capacidade de reinvenção contínua, ousadia em inovar e renovar, e também coragem para construir e trilhar caminhos e processos novos.

Que Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, e São José de Anchieta, padroeiro da Província Jesuíta do Brasil, intercedam junto a Deus por nossas comunidades educativas, para que, por meio de uma educação de excelência, formemos cidadãos globais, líderes no serviço, academicamente competentes e eticamente responsáveis, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e inclusiva.

Que Deus nos ilumine e abençoe no caminho que ora iniciamos!

Afonso Luiz Silva

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO CATARINENSE, FLORIANÓPOLIS-SC

Albanisa Gomes de Moura

DIRETORA GERAL DO COLÉGIO SANTO INÁCIO, FORTALEZA-CE

Alexandre Loures Barbosa

DIRETOR GERAL DA ESCOLA TÉCNICA DE ELETRÔNICA, SANTA RITA DO SAPUCAÍ-MG

Juliano Tadeu dos Anjos Oliveira

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO LOYOLA E CRECHE CAIÇARAS, BELO HORIZONTE-MG

Mariângela Risério D’Almeida

DIRETORA GERAL DO COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA, SALVADOR-BA

Ir. Raimundo Nonato Oliveira Barros, S.J.

DIRETOR CORPORATIVO COLÉGIO DIOCESANO, ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ E DA ESCOLA PEDRO ARRUPPE, TERESINA-PI



Ir. Marcos Epifanio Barbosa Lima, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO, SÃO PAULO-SP

Sônia Maria Vasconcellos de Magalhães

DIRETORA GERAL DO COLÉGIO SÃO LUÍS, SÃO PAULO-SP

Pe. Carlos Alberto Jahn, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO MEDIANEIRA, CURITIBA-PR

Pe. Sérgio Eduardo Mariucci, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS, JUIZ DE FORA-MG

Pe. João Cláudio Rhoden, S.J.

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO ANCHIETA, PORTO ALEGRE-RS

Pe. Luiz Antônio de Araújo Monnerat, S.J.

**DIRETOR CORPORATIVO COLÉGIOS ANCHIETA - NOVA FRIBURGO-RJ, SANTO INÁCIO
E CENTRO EDUCACIONAL AGOSTINHO CASTEJÓN (CEPAC), RIO DE JANEIRO-RJ**

Pe. Mário Sündermann, S.J.

DELEGADO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA



Edições Loyola

impressão acabamento

Rua 1822 nº 341 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
T 55 11 3385 8500/8501, 2063 4275
www.loyola.com.br




Edições Loyola

ISBN 978-65-5504-107-1



9 786555 041071